

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DO SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
NÍVEL MESTRADO

ÉDERSON DE OLIVEIRA CABRAL

A ENUNCIÇÃO EM PERSPECTIVA:
Dramáticas do Uso de Si na Atividade de Profissionais de Enfermagem

SÃO LEOPOLDO

2011

ÉDERSON DE OLIVEIRA CABRAL

A ENUNCIÇÃO EM PERSPECTIVA:

Dramáticas do Uso de Si na Atividade de Profissionais de Enfermagem

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Terezinha Marlene Lopes
Teixeira

SÃO LEOPOLDO

2011

C117e Cabral, Éderson de Oliveira
A enunciação em perspectiva: dramáticas do uso de si na atividade de profissionais de enfermagem / por Éderson de Oliveira Cabral. -- São Leopoldo, 2011.

66 f.: il. color ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, RS, 2011.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Terezinha Marlene Lopes Teixeira, Ciências da Comunicação.

1.Linguística aplicada. 2.Análise do discurso. 3.Análise linguística – Enfermeiros. 4.Enfermagem – Linguística. 5.Ergologia. 6.Enunciação – Subjetividade. I.Teixeira, Terezinha Marlene Lopes. II.Título.

CDU 81'33

81'322.5

81'322.5:614.253.5-051

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Éderson de Oliveira Cabral

"A ENUNCIÇÃO EM PERSPECTIVA: DRAMÁTICAS DO USO DE SI NA
ATIVIDADE DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM"

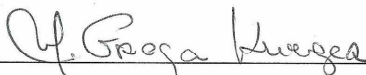
Monografia (Dissertação) apresentada à
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
como requisito parcial para obtenção do
título de mestre em Linguística Aplicada

Aprovado em 29 de março de 2011

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti (PUCRS)



Profa. Dra. Maria da Graça Krieger (UNISINOS)



Profa. Dra. Vera Regina Schmitz (UNISINOS)



Profa. Dra. Terezinha Marlene Lopes Teixeira (UNISINOS)

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Foram muitos, os que me ajudaram a concluir este trabalho.

Meus agradecimentos...

...a Pedro Cordeiro Ferraz, meu guia, pelo apoio incondicional;

...a minha família, pelo carinho sempre presente;

... a Grazielle Stefanello, pela paciência nos meus momentos de ausência;

... a Cassius Marcelo, pela amizade que sempre me conduziu a lugares melhores;

... a Mário A. Benedetti, pela caminhada em direção a vrindavana;

... a Simone, Giovani e Sandra, pelo imenso acolhimento;

a Fabrina y Rosi, mis amigas siempre re contentas;

...a Geisa, amiga e colega, por compartilhar suas reflexões sobre o trabalho;

... a Marlene Teixeira, por sua luz infinita.

“Cada leitor tem que achar sua forma de estar em/com Benveniste. Há várias vias de acesso: algumas já bastante trilhadas; outras menos óbvias. Há provavelmente outras tantas que estão por ser descobertas”.

Marlene Teixeira

RESUMO

Este é um estudo sobre a atividade de trabalho em enfermagem sob as luzes da linguística da enunciação e da ergologia. De acordo com os estudos ergológicos, o homem tende a singularizar sua atividade, pois o trabalho geralmente possui uma polaridade. De um lado, há um polo que se constitui pelo uso de si pelos outros, ou seja, regido por técnicas, normas, manuais, regras etc. De outro lado, há o polo do uso de si por si, regido pela singularidade, onde o sujeito dá de si para preencher lacunas de normas. Por isso, a atividade de trabalho comporta uma dramática de usos de si. Propomos que a linguística da enunciação permite observar, em interlocuções entre profissionais de enfermagem em passagens de plantão, o modo como eles se colocam nessa dramática, a partir do estudo dos pronomes realizado por Benveniste. Nas passagens de plantão, *eu* se dirige a *tu* para falar de *ele*. A instância do *ele*, embora não participe da interlocução, está presente nessa situação de enunciação sob duas formas: 1. é o falado por *eu* e *tu*, ou seja, o paciente; 2. é o terceiro que se atravessa na relação *eu-tu* durante o processo, o médico. Os resultados da análise mostram pouco uso de si por si nessa atividade de trabalho, que se apresenta fortemente limitada pelo outro, a equipe médica.

Palavras-chave: Enunciação. Ergologia. Subjetividade. Singularidade. Atividade de trabalho.

RESUMEN

Este es un estudio sobre la actividad de trabajo en enfermería sob las luces de la lingüística de la enunciación y de la ergología. De acuerdo con los estudios ergológicos, el hombre tiende a singularizar su actividad, pues el trabajo generalmente posee una polaridad. De un lado, hay un polo que se constituye por el uso de sí por los otros, es decir, regido por técnicas, normas, manuales, reglas y etc. De otro lado, hay el polo del uso de sí por sí regido por la singularidad, donde el sujeto da de sí para llenar los vacíos de normas. Por eso, la actividad de trabajo conlleva una dramática de usos de sí. Proponemos que la lingüística de la enunciación permite observar, en interlocuciones entre profesionales de enfermería en pasajens de plantón, el modo como ellos se ponen en esa dramática, a partir del estudio de los pronombres hecho por Benveniste. En los pasajens de plantón, *yo* se dirige a *tu* para hablar de *él*. La instancia de *él*, aunque no participe de la interlocución, está presente en esta situación de enunciación sob dos maneras: 1. es el dicho por *yo* y *tú*, es decir, el paciente; 2. es el tercero que se atraviesa en la relación *yo* y *tú* durante el processo, el médico.

Palabras-clave: Enunciación. Ergología. Subjetividad. Singularidad. Actividad de trabajo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de conexões de conceitos da ergologia	36
Figura 2 - Dispositivo dinâmico de três pólos	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A oposição dos pronomes	15
Quadro 2 - Unicidade específica de <i>eu</i> , <i>tu</i> e <i>ele</i>	16

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CATEGORIA DE PRONOMES EM ENUNCIÇÃO PELO VIÉS BENVENISTIANO	14
2.1 O QUE TEMOS <i>TU</i> E <i>EU</i> QUE <i>ELE</i> NÃO TEM?	15
2.2 A PESSOA E NÃO-PESSOA	17
2.3 A LINGUAGEM COMO POSSIBILIDADE DA SUBJETIVIDADE.....	18
2.4 O QUADRO FIGURATIVO DA ENUNCIÇÃO.....	21
2.5 O TERCEIRO <i>ELEMENTO</i> DA ENUNCIÇÃO	23
3 DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE TRABALHO?	25
3.1 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO TRABALHO	25
3.2 DO TRABALHO À ATIVIDADE DE TRABALHO.....	27
3.3 ATIVIDADE DE TRABALHO	30
3.3.1 A Abordagem Ergológica.....	30
3.3.2 Origens da Ergologia.....	31
3.3.3 Os Quatro Pressupostos da Perspectiva Ergológica.....	33
3.3.3.1 A noção de atividade	33
3.3.3.2 A Consideração de Que Existe um Campo de Debates de Valores	33
3.3.3.3 A Existência de uma Dialética.....	34
3.3.3.4 A Consideração da Existência de Produção de Saberes	34
3.4 A ERGOLOGIA E SEU MAPA DE CONEXÕES.....	35
3.4.1 Do Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P)	36
3.4.2 Dos Conceitos da Perspectiva Ergológica.....	39
3.4.2.1 Do Trabalho, da Atividade Industrial, da Atividade de Trabalho.....	39
3.4.2.2 Das Dramáticas do Uso de Si	41
3.4.2.3 Do Corpo-Si.....	44
4 PONTOS DE CONTATO: ENUNCIÇÃO E ERGOLOGIA	47
5 METODOLOGIA.....	51
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
5.1.1 Observação Participante.....	51
5.1.2 Geração do material de investigação	51
5.1.3 Critérios de Seleção de Recortes de Análise.....	52
5.1.4 Passos do Exercício de Análise	52
5.2 A PASSAGEM DE PLANTÃO	53
5.3 A PRESENÇA DO OUTRO EM PASSAGENS DE PLANTÃO	53

5.3.1 O Outro Materializado pelo Nome Próprio	54
5.3.2 O Outro Materializado pelo Uso do Anafórico <i>Ele</i> Sem Referente Explícito no Co-Texto	58
6 PALAVRAS DE CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGLA), em que, de 2006 a 2009, atuei como bolsista de iniciação científica (Unibic/Unisinos e Pibic/CNPq) no projeto *Efeitos da singularidade no trabalho: um estudo do uso de si na atividade do profissional de enfermagem*, coordenado pela Profa. Dra. Marlene Teixeira. Nesse período, passei a integrar o segmento do Grupo de Estudos Enunciação em Perspectiva (GEEP)¹ que reflete sobre questões relativas à intervenção da subjetividade na atividade de trabalho. Essa experiência colocou-me em contato com a teoria da enunciação de Émile Benveniste, que se interessa pela subjetividade na linguagem, e com a perspectiva ergológica do filósofo francês Yves Schwartz, que se preocupa com a atividade de trabalho efetivamente realizada.

Nas leituras que realizei em busca de subsídios para a pesquisa da qual participei como bolsista, percebi que essas duas áreas tinham muitos pontos de contato, o que as habilitava a dialogar. Essa reflexão foi apresentada na III Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes no/do Trabalho: Interfaces entre Ergologia, Linguagem e Educação, realizado na Unisinos, em outubro de 2008, que contou com a presença do Professor Yves Schwartz² como debatedor. O trabalho aí apresentado *Linguística da enunciação e ergologia: um diálogo possível* (TEIXEIRA; CABRAL, 2009b) trazia o resultado das reflexões feitas no GEEP, juntamente com parte do meu trabalho de Conclusão do Curso de Letras (CABRAL, 2008), utilizada para exemplificar a possibilidade de fazer dialogar esses dois campos. Esse fato foi altamente motivador de meu interesse em aprofundar estudos nessa linha no Curso de Mestrado em Linguística Aplicada.

Nesta dissertação tomamos³ como objeto o *corpus* da pesquisa *Efeitos da singularidade no trabalho: um estudo do uso de si na atividade profissional de enfermagem* para investigar como o outro constitutivo da atividade de trabalho se materializa em interlocuções levadas a efeito em passagens de plantão no cotidiano de um hospital. Nossa meta é contribuir para mostrar que o local de trabalho é um campo de negociação com a

¹ O GEEP constitui o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq) *Enunciação em Perspectiva*, formado em 2000, que tem por líderes as professoras Marlene Teixeira (PPGLA/UNISINOS) e Maria da Glória Corrêa Di Fanti (PUCRS).

² A Ergologia tem como fundador Yves Schwartz, filósofo, membro do Instituto Universitário da França, professor titular da Universidade de Provence. Ele é responsável há 20 anos pelo dispositivo pluridisciplinar de ensino e pesquisa sobre o trabalho e a epistemologia comparada de saberes (APST – Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho), associando pesquisadores e atores da vida econômica e social. Vários de seus textos têm sido publicados no Brasil, em forma de artigos e capítulos de livros.

³ A partir desse ponto, utilizo a primeira pessoa do plural.

alteridade, conforme apregoa Schwartz (2007), e que a linguística da enunciação pode ser uma alternativa para mostrar como essa alteridade se deixa ver na superfície linguística.

Recorremos à teoria dos pronomes de Benveniste para examinar a natureza da interlocução que se estabelece toda vez que, em passagem de plantão, os interlocutores assumem a língua; e a perspectiva ergológica de Schwartz para elucidar as dramáticas do uso de si e o debate de normas que aí ocorrem.

A linguística da enunciação descreve a linguagem em relação à singularidade do uso, que é feito pelo sujeito que enuncia em uma dada situação. Mostra-se, assim, pelo menos é esse nosso ponto de vista, aberta ao diálogo multidisciplinar.

A ergologia interessa-se pelo trabalho como atividade efetivamente realizada por sujeitos, entendendo o termo *atividade* como uma dialética entre duas dimensões da atividade humana que estão ligadas no trabalho: o dizer e o fazer, isto é, entre a prescrição e o que efetivamente acontece. “A perspectiva ergológica ensina que a atividade de trabalho é social, coletiva, normalizada, mas, ao mesmo tempo, engaja experiências subjetivas, que tendem a redefinir permanentemente os procedimentos. É o lugar de um jogo de reciprocidades entre o geral e o singular” (TEIXEIRA; CABRAL, 2009b, p. 237).

Esta dissertação está assim organizada: os capítulos 2 e 3 trazem subsídios teóricos das duas áreas colocadas em diálogo: a linguística da enunciação e a ergologia. O capítulo 4 mostra os pontos de contato das respectivas áreas. O capítulo 5 contém os procedimentos metodológicos e a análise dos recortes selecionados do corpus da pesquisa, passagens de plantão entre profissionais de enfermagem, registradas em vídeo, no cotidiano de um hospital. Finalmente, apresentamos observações sobre os resultados da análise.

2 CATEGORIA DE PRONOMES EM ENUNCIÇÃO PELO VIÉS BENVENISTIANO

Neste capítulo, apresentamos a teoria dos pronomes pelo viés benvenistiano. Para tanto, selecionamos quatro artigos de *Problemas de linguística Geral I* (PLG I) e um de *Problemas de Linguística Geral II* (PLG II), escritos de 1946 a 1970, os quais apresentam aspectos teóricos relevantes para o desenvolvimento de nossa proposta. São eles:

1. 1946: *Estrutura das relações de pessoa no verbo*;
2. 1956: *A natureza dos pronomes*;
3. 1958: *Da subjetividade na linguagem*;
4. 1970: *O aparelho formal da enunciação*.

Esses artigos foram selecionados, pois relacionam-se entre si, complementando-se, explicando-se e ampliando o entendimento dos pronomes na perspectiva de Benveniste. Podemos inicialmente afirmar que os pronomes *eu* e *tu* configuram a relação fundamental a partir da qual se organiza a subjetividade na língua/linguagem, assim como são instâncias de interlocução. Também podemos dizer que são marcas que designam seres, aos quais atribuímos os papéis de interlocutores, mais especificamente o papel de locutor e alocutário, respectivamente no ato enunciativo, onde o enunciado aparece. De modo geral, *eu* e *tu* se referem a quem está falando e com quem se está falando e, obviamente, se situam em um lugar específico (aqui) e em um tempo determinado (agora). Já *ele* não desempenha um papel ativo nas interlocuções como *eu* e *tu*; pelo contrário, possui um papel passivo, existe somente em sua virtualidade, enquanto *eu* e *tu* possuem um referente remetido à situação de enunciação, isso porque o ato de dizer *eu* cria um referente.

Intencionamos olhar para esses elementos constitutivos do processo de enunciação que são indicados pelos pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas e pela não-pessoa (*ele*). Diante disso, apresentamos a seguir os quatro artigos que referimos anteriormente, que nos auxiliam a entender o processo pelo qual a enunciação evidencia o uso de *si*¹, que é nosso ponto de chegada. Nosso ponto de partida é mostrar que cada artigo selecionado traz elementos para a compreensão do processo enunciativo, além de contribuir para a construção de uma metodologia de análise dos fatos linguísticos que selecionamos no *corpus* para a análise.

¹ Explicaremos detalhadamente esse conceito mais adiante, no capítulo dedicado a ergologia.

2.1 O QUE TEMOS *TU* E *EU* QUE *ELE* NÃO TEM?

Segundo Benveniste (1995, p. 247), em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, “todas as línguas que possuem verbo contam também com a categoria de pessoa”, isto é, qualquer língua, mesmo que apresente diferentes organizações, marca, de algum modo, a pessoa na forma verbal.

O linguista primeiramente comenta que se distinguem três pessoas no singular e no plural e assim se admite a classificação tradicional das pessoas em três pessoas e somente três: *eu*, *tu* e *ele* (BENVENISTE, 1995). Segundo Benveniste (1995, p. 248) “é preciso procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia”. O quadro 1 abaixo nos ajuda a entender essa oposição:

Quadro 1 - A oposição dos pronomes

<i>Eu≠tu</i>	<i>tu≠eu</i>	<i>ele≠eu</i>
<i>eu≠ele</i>	<i>tu≠ele</i>	<i>ele≠tu</i>

Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos perceber que *eu*, *tu* e *ele* não se equivalem em termos de abrangência, ou seja, a abrangência de *ele*, a 3ª pessoa, a pessoa de quem se fala ou aquilo de que se fala é muito maior que a de *eu* e *tu*, contudo, *eu* e *tu* pressupõem sempre um ao outro no discurso.

Para Benveniste (apud TEIXEIRA; CABRAL, 2009a), considera que

os pronomes, devido a sua natureza, não pertencem à mesma classe. Sua proposta de análise dessa categoria linguística segue o método estruturalista, isto é, ele opõe cada pessoa ao conjunto das outras e busca o princípio que fundamenta essa oposição.

As três formas *eu*, *tu*, *ele* não são homogêneas. Nas duas primeiras, há, ao mesmo tempo, uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa, o que não acontece com a terceira.

Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, ‘tu’ é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo com o predicado de ‘tu’. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam.

Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como ‘pessoa’ (BENVENISTE, 1995, p. 250).

Ele comporta uma referência a alguém ou a alguma coisa, mas não a uma “pessoa”. *Ele* é aquele que está ausente, não participa da interlocução. A “terceira pessoa” não é uma “pessoa”, mas uma forma verbal que tem por função exprimir a “não pessoa”. *Ele* é aquele que está ausente.

Assim, podemos caracterizar a unicidade específica de *eu*, *tu* e *ele* pelo seguinte quadro 2:

Quadro 2 - Unicidade específica de *eu*, *tu* e *ele*.

<i>Eu</i> é sempre quem enuncia.
<i>Tu</i> é sempre a quem <i>eu</i> se dirige.
<i>Ele</i> é aquele/aquilo de que(m) se fala

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme Benveniste (1995, p. 253), *ele*, porém, “pelo fato de não implicar nenhuma pessoa, pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum, e esse sujeito, expresso ou não, nunca é proposto como ‘pessoa’”. A unicidade de *ele* é a de ser não-pessoa.

Os pronomes pessoais *eu* e *tu* têm como característica a inversibilidade, isto é, *eu* torna-se *tu* e *tu* torna-se *eu* a cada momento em que se alternam os parceiros do diálogo. Em *ele*, essa inversibilidade é impossível. Dessa forma, denomina a oposição de *eu* – *tu* a *ele* de *Correlação de pessoalidade*: “[...] ‘eu-tu’ possui a marca de pessoa; ‘ele’ é privado dela. A ‘terceira pessoa’ tem por características e por função constantes representar, sob a relação da própria forma, um invariante não pessoal, e nada mais que isso” (BENVENISTE, 1995, p. 254).

Eu e *tu* se opõem entre si pela *correlação de subjetividade*. Isto é, *eu* é sempre a pessoa subjetiva, aquela que fala, e *tu* é a pessoa não subjetiva, aquela com quem se fala.

Em suma o que podemos concluir é que *tu* é pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se opõem juntas à forma *ele*, que constitui a não-pessoa (BENVENISTE, 1995).

2.2 A PESSOA E NÃO-PESSOA

Benveniste (1995), em *A natureza dos pronomes* inicia problematizando o modo como se tem considerado os pronomes, como formas linguísticas que constituem uma mesma classe, formal e funcionalmente (como as formas nominais e as formas verbais). Para Benveniste (1995, p. 277),

os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes do modo de linguagem do qual são os signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamaremos as ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.

Desta forma, a noção de *pessoa* é própria somente a *eu* e *tu*, faltando em *ele*. Pois

cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há ‘objeto’ definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem sua referência e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal. Qual é portanto a ‘realidade’ a qual se referem *eu* ou *tu*? Unicamente uma ‘realidade do discurso’, que é coisa muito singular (BENVENISTE, 1995, p. 278).

Essa ligação profunda com a instância do discurso acaba por unir *eu* e *tu* a uma série de outros indicadores discursivos, que pertencem a diferentes classes, das quais não falaremos para não nos perdermos de nosso propósito. As formas pronominais *eu* e *tu* funcionam como um recurso que a linguagem disponibiliza aos falantes. Seria impossível haver um indicativo para cada locutor. Assim, a linguagem institui um signo único, mas móvel, que pode ser apropriado por qualquer locutor do discurso, quando quiser indicar a si próprio ou ao alocutário (BENVENISTE, 1995).

As formas verbais compartilham com os pronomes essa relação discursiva, sabe-se empiricamente que a linguagem em exercício nem sempre consiste de instâncias “pessoais”.

Há enunciados de discurso, que a despeito de sua natureza individual, escapam a condição de pessoa, ou seja, remetem não a eles mesmos, mas a uma situação ‘objetiva’. É o domínio daquilo que chamamos ‘terceira pessoa’ (BENVENISTE, 1995, p. 282).

A “terceira pessoa” se distingue das outras principalmente pelas propriedades de:

- a) combinar-se com qualquer referência de objeto;
- b) não ser jamais reflexiva na instância do discurso.

Nesse texto, Benveniste (apud FLORES, 2009, p. 188) “ratifica a oposição pessoa e não-pessoa feita em 1946, colocando-a no quadro de uma teoria pragmática, relacionando-a com a referência”. A diferença entre pessoa e não-pessoa é colocada em termos da referência que estabelecem. *Eu* e *tu* pertencem ao nível pragmático, pois definidos na própria instância de discurso, referem, quando enunciados, a uma realidade cada vez única. *Ele* pertence ao nível sintático, já que tem por função combinar-se com referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que o contém.

2.3 A LINGUAGEM COMO POSSIBILIDADE DA SUBJETIVIDADE

Este trabalho apresenta questões relativas à subjetividade. Assim, trazemos, para nossas reflexões um dos principais textos que trata do tema, o artigo escrito em 1958, *Da subjetividade na linguagem*.

Benveniste (1995), no início desse artigo, indaga a que se deve a propriedade de instrumento atribuída à linguagem. Logo ele sugere as seguintes possibilidades: (a) a linguagem encontra-se “empregada” como instrumento, pois os homens não encontraram meio melhor para comunicar-se; (b) a linguagem apresenta disposições que a tornam apta a servir de instrumento - presta-se a transmitir a informação e provoca no interlocutor um comportamento, cada vez adequado. Então, Benveniste (1995, p. 284) levanta duas questões: (1) “Será realmente da linguagem que se fala aqui?” (2) “Não estamos confundindo com o discurso?”. A resposta contém uma definição de discurso:

Se propomos o discurso como a linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros -, fazemos aparecer sob a confusão uma petição de princípio, uma vez que a natureza desse ‘instrumento’ se explica pela sua situação como ‘instrumento’ (BENVENISTE, 1995, p. 284).

Nesse trecho o discurso é apresentado como linguagem posta em ação, necessariamente entre parceiros (*eu* e *tu*), noção importante para nossa discussão:

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda a noção simplista a cerca da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que o homem completo descobriria um semelhante igualmente completo, e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos nunca o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem

falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.
 Todo os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficiente para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar o homem a propriedade da linguagem (BENVENISTE, 1995, p. 285).

Nesse excerto, Benveniste critica a noção simplista de linguagem, que a identifica com instrumento, dizendo que esse modo de ver dissocia do homem a propriedade da linguagem. Em *Da subjetividade da linguagem*, Benveniste (1995) apresenta a linguagem como condição de existência humana. Encontra-se aqui um princípio fundamental da teoria benvenistiana: a indissociabilidade entre homem e linguagem.

Para Benveniste (1995) a palavra até pode assumir um valor de instrumento, porém para que a palavra assegure a ‘comunicação’, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização. Nesse ponto do texto, o que nos atrai é a reflexão sobre a linguagem, que articula as noções de homem, sujeito, subjetividade, locutor e pessoa.

Para situar o leitor em relação a esses pontos, apresentamos alguns excertos: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’ ” (BENVENISTE, 1995, p. 286).

Benveniste faz a coesão dos termos pelos grifos. Todos os termos que estão escritos em itálico formam um grupo, assim como os termos que estão entre aspas. Explicaremos os excertos na tentativa de situar o leitor em relação aos conceitos.

Conforme Flores et al. (2009), “o “na linguagem” e “pela linguagem” confere à linguagem a propriedade de ser, ao mesmo tempo, “condição de” e meio para constituição do homem como sujeito. O itálico indica a passagem de visão antropológica de homem, para uma visão ontológica de sujeito (ser). As aspas indicam a passagem de locutor (*eu*), aquele que fala em uma dada instância de discurso e se autoindica no enunciado, a sujeito do enunciado².

O *sujeito*, em itálico, refere-se ao *status* linguístico, ao indivíduo linguístico, que fundamenta a realidade, na *sua* realidade. A realidade, nesse ponto, é aquela reproduzida pela linguagem. A palavra *reproduzida* é melhor explicada em um excerto de outro texto de Benveniste (1995), *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguagem*, de 1963:

² É nesse segundo aspecto que nosso trabalho se situa, o que vamos investigar é a representação que a enunciação dá do sujeito a partir de procedimentos apreensíveis no enunciado.

A linguagem reproduz a realidade. Isso se deve entender da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento (BENVENISTE, 1995, p. 26).

Em relação à subjetividade, diz Benveniste (1995, p. 286):

A ‘subjetividade’ que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. [...] Ora, essa ‘subjetividade’, [...] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo *status* linguístico de ‘pessoa’

No momento em que o locutor se apropria da língua, se dá a passagem para “sujeito”. E a língua dispõe de um aparelho formal para isso, de que fazem parte os indicadores de subjetividade (*eu, tu e ele*) cujo emprego remete sempre à enunciação. Coloca-se aí a noção de pessoa, por meio da qual Benveniste introduz na linguística a questão da intersubjetividade: “*eu e tu* são mutuamente constitutivos” (FLORES et al., 2009, p. 186).

A consciência de si mesmo só possível experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica uma reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa *eu*. [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso (BENVENISTE, 1995, p. 293).

A enunciação é um ato que propõe um interlocutor. Para complementar, Benveniste (1995, p. 286-287) diz:

Procure-se um paralelo para isso; não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem. [...] É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento da subjetividade. [...] É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem.

[...]

[...] É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo.

É na instância de discurso, ou seja, no ato de dizer cada vez único pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor (FLORES et al., 2009), em que o pronome pessoal (*eu*) designa o locutor, que este se enuncia como “sujeito” no processo enunciativo. Quando o locutor faz uso da língua, se autoindica no léxico, nos indicadores de subjetividade, no agenciamento singular das palavras. A singularidade vem à tona pelo uso da língua por um

locutor, que “(re)produz”, através dos processos enunciativos, a *sua* realidade e dessa forma se institui como “sujeito”, como um efeito de todo esse dinamismo enunciativo: “Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem” (FLORES et al., 2009, p. 142), afirma Benveniste (1995, p. 289):

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas apropriadas a sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais referem a sua ‘pessoa’, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes.

Nesse excerto, Benveniste confere à linguagem a possibilidade de subjetividade, isto é, remete-a aos indicadores clássicos de subjetividade. A enunciação provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de conter instâncias discretas, ou seja, instâncias distintas, mas semelhantes, como no caso dos pronomes pessoais; contudo esse é somente o primeiro itinerário para essa emergência.

Em síntese, a partir do artigo *Da subjetividade na linguagem* depreendemos dois princípios da teoria benvenistiana:

- a) a indissociabilidade entre linguagem e homem;
- b) o caráter intersubjetivo do ato enunciativo.

Além desses princípios, podemos concluir que a enunciação promove a instauração das pessoas *eu* e *tu* que são inversíveis: *eu* constitui *tu* e por *tu* é constituído. Desse modo, a subjetividade de que fala Benveniste é intersubjetividade. A intersubjetividade é fundante da subjetividade.

2.4 O QUADRO FIGURATIVO DA ENUNCIAÇÃO

Benveniste (1989), em *O aparelho formal da enunciação*, enfatiza a existência de diferença no emprego das formas e no emprego da língua. Na descrição do emprego da forma, é possível pensar em modelos. Mas é bem diferente o emprego da língua.

Nesse texto, ele, por assim dizer, separa a linguística das formas da linguística da enunciação. À primeira cabe a descrição das regras responsáveis pela organização sintática da língua, isto é, ele admite um objeto estruturado, do qual devem ser descritas as regras imanentes. A segunda pressupõe a anterior e inclui no objeto de estudo a enunciação.

Benveniste destina *O aparelho formal da enunciação* ao ato de produzir um enunciado (a enunciação). Seu objetivo é definir a enunciação no quadro formal de sua realização. Começa por conceituá-la como este “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82, grifo do autor). Enunciar é transformar individualmente a língua - mera virtualidade - em enunciação, passagem em que se dá a semantização da língua, entendida como uma relação do sujeito com a língua. O sujeito está implicado nesse processo.

Para o linguista, o processo de enunciação pode ser estudado sob diversos aspectos (BENVENISTE, 1989): a) realização vocal da língua; b) semantização da língua: “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 83) e c) definição da enunciação no quadro formal de sua realização³.

É esse terceiro aspecto que Benveniste vai abordar neste artigo. Na definição desse quadro formal em que se realiza a enunciação, ele faz aparecer, na própria estrutura da língua, a presença constante de elementos do discurso: o sujeito e a referência.

O locutor se apropria do aparelho formal da língua (do sistema) e enuncia sua posição de locutor ao se instituir como *eu* em uma relação intersubjetiva. Quando se declara locutor (*eu*) e assume a língua, instaura o outro diante de si (*tu*), pois toda enunciação é dialógica; postula um alocutário. Em outras palavras, ao manifestar-se linguisticamente, o locutor se apropria da língua, através das formas com que ela o instrumentaliza para a enunciação, e constrói seu discurso sobre *ele*, o de que se fala (uma não-pessoa).

A referência é construída na enunciação, a partir do centro de referência interno que é o *eu*. Os significados são constituídos a cada relação enunciativa pela referenciação aos interlocutores e ao contexto de enunciação. Um ato de enunciação é, então, um ato de co-referência, de atribuição conjunta de sentido às palavras.

Ao estudar determinadas formas da língua - como os índices de pessoa (*eu*, *tu* e *ele*), os índices de ostensão (este, aqui), os tempos verbais - o autor conclui que há elementos que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação ao “aqui-agora” do locutor (BENVENISTE, 1989, p. 86). Assim, Benveniste conclui que a enunciação é responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência.

³ O quadro formal instrumentaliza o sujeito para a enunciação.

Benveniste amplia ainda mais o quadro dos indicadores da subjetividade ao afirmar que a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas (BENVENISTE, 1989), tais como a interrogação, a intimação, a asserção e as modalidades formais⁴.

Enfatiza ainda a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo como característica da enunciação. Essa característica coloca necessariamente o que Benveniste (1989, p. 87) denomina “quadro figurativo da enunciação”: a enunciação tem a estrutura do diálogo, uma vez que, como forma de discurso, coloca duas “figuras” igualmente necessárias: uma origem (*eu*) e a outra fim da enunciação (*tu*).

2.5 O TERCEIRO *ELEMENTO* DA ENUNCIÇÃO

Os pronomes *eu* e *tu*, anteriormente apresentados como índices de pessoa, estão ligados ao fenômeno intersubjetivo da enunciação. A enunciação se faz ato quando um locutor se apropria da língua e se designa como *eu*, passando a inverter seu lugar com o *tu*. Os pronomes são signos que remetem à enunciação. Não há processo de comunicação sem um locutor e seu alocutário, que se pressupõem mutuamente, se revesam e fazem parte do processo intersubjetivo da enunciação.

Enquanto pessoas linguísticas *eu* e *tu* estabelecem a intersubjetividade na enunciação, instaurando, ao se constituírem, um aqui (lugar) e um agora (tempo). Nessa noção de subjetividade não está previsto um lugar para o *ele*, que pertence à instância da língua e não à situação de discurso. Estará a enunciação circunscrita ao par *eu-tu*? Parece que não é isso que ensina Benveniste.

De acordo com Silva (2009, p. 163), a primeira oposição (*eu-tu*)/*ele*, pessoa e não-pessoa, “efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade de discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a locução”.

Em *O aparelho formal da enunciação* (1989), Benveniste afirma que, na enunciação, a língua é utilizada para expressar uma certa relação com o mundo. A condição linguística de todo discurso não é dada somente pela díade *eu-tu*, uma vez que *eu* dirige-se a *tu* para falar d’*ele* (alguém / alguma coisa), o que implica entender que o referente (não-pessoa) é também constitutivo da enunciação. Esse dado, ao mesmo tempo trivial e fundamental, determina a condição do homem na língua, ou seja, a constituição da relação *eu-tu/ele* não é vista apenas

⁴ Termos como *talvez*, *certamente*, *provavelmente* suspendem a asserção do sujeito enunciante e por isso se ligam à enunciação.

como uma comodidade de linguagem, mas como um dos elementos-chave de definição no espaço de simbolização (DUFOUR, 2000).

Dissolve-se, assim, segundo Silva (2009, p. 164), a “aparente oposição” pessoa (discurso) / não-pessoa (língua), pois ao utilizar-se das formas da não-pessoa (língua), o locutor atribui-lhes referência no discurso e, fazendo isso, o *ele* passa a figurar como elemento subjetivo no funcionamento da linguagem. Para Benveniste (1989), a forma *ele* tira seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*.

O *ele* constitui, assim, o terceiro elemento da enunciação. Embora não atue presencialmente no ato enunciativo, como *eu* e *tu*, é o objeto discursivo, é aquele de que(m) se fala.

Para melhor especificar o campo recoberto pelo *ele*, neste trabalho, trazemos a interpretação feita pelo filósofo Dany-Robert Dufour (2000), que, em “*Os mistérios da trindade*” utiliza a teoria dos pronomes de Benveniste para lançar uma nova luz sobre a história da cultura, a partir da reintrodução da forma trinitária no debate das regiões constitutivas do saber (Escritura, teologia, antropologia, linguística, psicanálise, literatura, música, filosofia, medicina...). Na leitura de Dufour (apud TEIXEIRA; FLORES, 2011), Benveniste foi um dos raros a empreender uma descrição sistemática desse singular dispositivo intralinguístico pelo qual a língua é posta em ato: *eu* diz a *tu* histórias que obtém d’*ele*.

Na leitura de Teixeira (2004), Dufour, depois de analisar a díade formada pelo par *eu* e *tu*, opõe *eu* e *tu* a *ele*, concluindo que a primeira díade é o lugar da relação da comunicação intersubjetiva. O autor chama, no entanto, a atenção para o fato de que o sustentáculo da co-presença de *eu-tu* no *aqui e agora* é o outro, pois nenhum espaço de simbolização é possível sem uma demarcação de ausência. Desse modo, com a teoria de Benveniste não se está mais diante de uma díade, mas de uma nova relação, impossível de decompor em relações diádicas: a tríade *eu-tu/ele*. *Ele* designa o que não está *aqui e agora* quando *eu* e *tu* falamos. Sendo aquele que não está, *ele* se refere, portanto, realmente à ausência, *uma ausência re-presentada no campo da presença*.

Este ponto é de grande importância para nosso trabalho, pois, a partir do reconhecimento de que a relação intersubjetiva é atravessada por um terceiro, pretendemos pensar a atividade de trabalho, que, no dizer de Schwartz (2007), é profundamente marcada pelo uso de si pelo outro, ou seja, pela alteridade.

3 DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE TRABALHO?

Entendemos o trabalho como algo rotineiro, uma atividade diária, uma instância da vida. Mas há uma enorme dificuldade de encontrar um conceito para o que é, de fato, o trabalho. Nos próximos itens tentaremos elucidar essa questão.

3.1 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO TRABALHO

Da antiguidade à globalização, o trabalho está presente na vida do homem. Na Grécia, antiga somente os escravos trabalhavam. Para os gregos, a política e a filosofia eram as atividades que estavam em primeiro lugar. Um cidadão grego jamais pensava em cerzir, forjar metais, fabricar móveis ou construir e cuidar das casas. Esse tipo de ofício era realizado pelos escravos, considerados pessoas de segundo escalão, e a atividade de trabalho dessas pessoas era algo abominável, ordinário e ignóbil.

Na Idade Média, apenas os servos aravam a terra, produziam os bens agrícolas, fabricavam armas e tudo que tivesse relação com a manutenção da sociedade. Os servos trabalhavam e quem usufruía dos frutos do trabalho eram os senhores feudais, os nobres e os membros do clero.

No Renascimento, séc. XV, o trabalho passou a ser considerado uma forma de auto-expressão. Todo trabalho realizado pelas mãos do homem tinha seu valor reconhecido. A arte tornou-se uma profissão, geralmente patrocinada pela igreja.

Na Revolução Industrial, séc. XVIII, o trabalho recebeu outros traços. Cada vez mais as pessoas destinavam-se ao trabalho coletivo em indústrias, em extensas jornadas de trabalho, pelos menores salários aceitáveis. As mulheres e crianças eram mãos de obra barata e, por isso, compuseram a força de trabalho na época. A partir desse ponto da história, surge a “racionalização do trabalho”, com o taylorismo¹ e o fordismo², que propõem uma organização científica do trabalho.

A racionalização, tal qual a concebeu primeiramente Taylor, seria finalmente o homem subjugado pela razão e não o reino da razão no homem. E de fato, deve-se ao mesmo tempo, para justificar o empreendimento do taylorismo, conceber o homem como uma máquina a engatar corretamente com outras máquinas, e como ser vivo simplificado nos seus interesses e reações em consideração com o meio até não conhecer outros

¹ O taylorismo tentava predeterminar o mais exaustivamente possível a atividade dos trabalhadores, de modo que eles não tivessem muito o que pensar na execução do trabalho.

² Henry Ford, seguidor de Taylor, fundou a *Ford Motor Company*, em que os veículos eram montados em esteiras rolantes que se movimentam enquanto o operário parado realiza uma pequena etapa da produção.

estimulantes atrativos e repulsivos senão ‘o afago e o chicote’. Aqui como acolá está o absurdo do pleno poder da lógica (CANGUILHEM, 2001, p. 111).

Nessa época industrial, valoriza-se o trabalho que consiste em organizar o trabalho dos outros. Todo o trabalho é planejado com antecedência por uma instância superior. O trabalhador é considerado uma máquina que somente executa tarefas. Não há necessidade de pensar, gerir, apenas executar. Schwartz (1996, p. 115), manifesta-se sobre esse período:

a ambição tayloriana de tornar totalmente transparentes as operações produtivas, de antecipar na concepção todos os gestos e atividades humanas. Para uma contabilidade de ações em tempos (e, portanto, em custo), corresponde um cálculo econômico onde o trabalho, caixa preta e *terra incógnita*, é neutralizado em sua efetividade inventiva.

Pelo viés histórico, o trabalho, como categoria homogênea, consolidou-se por volta do século XVIII, junto com a noção unificada de riqueza, de produção e com a própria ideia de sistema econômico, para, assim, dar lugar a uma nova disciplina: Economia (OVEJERO BERNAL, 2010). E é exatamente nesse ponto da história que a palavra trabalho adquire estatuto de termo, pois passa a estar circunscrita pela Economia, recebendo e carregando o ponto de vista dessa área.

“Cabe lembrar que uma unidade lexical, simples ou complexa, adquire o estatuto de termo, se seu conteúdo semântico estiver circunscrito à determinada área técnica e/ou científica e não em razão de sua dimensão significante” (KRIEGER, 2001, p. 29).

Impreterivelmente, a partir daí surgirão inúmeros pontos de vista e modificações, alterações, discordâncias em relação ao termo trabalho. Méda (1999) diz que o trabalho é algo próprio de nossa civilização atual (pós-moderna), sem ter existido em outras culturas. Certamente, para sobreviverem no passado, tanto os grupos e as sociedades tiveram que exercer algum tipo de atividade, mas o trabalho, tal como conhecemos hoje, é um produto do capitalismo industrial, da sociedade moderna, por isso não tem mais de dois séculos de existência. Dentro desse período, Méda (1999) argumenta que um alicerce do capitalismo alcança nuances mais tênues na pós-modernidade, ou nesse período que muitos designam como pós-industrial ou era do conhecimento, e está radicada na seguinte ideia: preservar o trabalho e fazer dele a atividade fundamental do ser humano. E, efetivamente, o capitalismo joga com o sujeito que considera que o trabalho e somente ele é base fundamental, o qual pode carregar consigo uma ideia fixa; da racionalização do trabalho para outras esferas da sua vida.

De fato, atualmente são muitos os autores que defendem que o trabalho é uma categoria antropológica, constituindo nada menos que a essência da natureza

humana, proporcionando-nos não apenas os meios materiais para viver, mas, também, nossa própria realização pessoal e nossos vínculos sociais. Sem trabalho não seríamos nada e nem ninguém; O trabalho é nossa essência e condição. Tudo isso, como podemos facilmente constatar, são ideias legitimadores das sociedades baseadas no trabalho, cujo objetivo último é o de conseguir que o trabalho se converta no lugar de vínculo social e do desenvolvimento pessoal (OVEJERO BERNAL, 2010, p. 16).

O que se tenta com isso, na verdade, não é apenas justificar o capitalismo e as práticas de exploração do trabalho, mas sacralizar o trabalho para, dessa maneira, introduzir no cidadão a motivação que o faça trabalhar sem a necessidade de vigias nem controladores de nenhum tipo (OVEJERO BERNAL, 2010). O termo trabalho, nessa esfera, carrega esse concepção.

Diferentes são os pontos de vista sobre o trabalho, mas apesar disso, cristãos, humanistas, sócio-democratas e marxistas coincidem nesse aspecto: o trabalho é algo que deve nos realizar como pessoas e nos integrar na sociedade (OVEJERO BERNAL, 2010). E perguntarmo-nos: como? – Esse é o grande desafio.

3.2 DO TRABALHO À ATIVIDADE DE TRABALHO

Trabalhamos e percebemos que onde não há valorização ou reconhecimento de nosso trabalho nos frustramos e nos desmotivamos, mas isso não impede o ser humano de continuar a trabalhar, ou buscar alguma atividade para incluí-lo dentro de um sistema de consumo, para criar laços sociais ou para o próprio subsídio, uma vez que, em muitas nações³, está inerente à lógica do trabalho como atividade primordial, nos quais o conceito de trabalho, o trabalho propriamente dito, deixou de ser algo meramente instrumental e passou a ser o centro de vida das pessoas (OVEJERO BERNAL, 2010).

Na pós-modernidade, muitos autores escrevem sobre vários aspectos do trabalho, mas não o definem de forma precisa, pois o trabalho se encontra em permanente transformação e diluição. Consequentemente, as novas definições sobre o trabalho acarretam mudanças na subjetividade, pois, atualmente, é quase impossível separar o trabalho da vida dos homens.

Sem sombra de dúvidas, o trabalho, que nunca teve as funções que têm hoje, cada vez mais está no centro de nossas vidas, convertendo-se, inclusive, em nossa vida (OVEJERO BERNAL, 2010).

O trabalho e sua concepção sofreram diversas variações da antiguidade a pós-modernidade, como expomos anteriormente. Muitos teóricos questionam a morte do trabalho e/ou tentam encontrar respostas para as nuances que o trabalho vem sofrendo. Encontramos

³ Como Estados Unidos e outros países do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta.

um aporte teórico: a ergologia, que traz uma noção de trabalho que, independente do que ele foi, ou de como será, é compreendida como atividade: atividade de trabalho. O trabalho está aqui dentro de uma organização conceitual específica.

O conceito de “atividade” é o resultado de uma construção. Essa noção na abordagem ergológica não só vai além da consideração do trabalho remunerado, mas também se nutre de outros aspectos: da história das técnicas, da antropologia, da neurofisiologia, das ciências da linguagem, e ao mesmo tempo interroga novamente esses saberes. Para Schwartz (2007), a atividade, na ergologia, aparece como produtora de matriz de histórias e de normas antecedentes, que, por sua vez, são sempre renormalizadas no recomeço indefinido das atividades. A atividade é uma noção que se universaliza, pois aparecerá em toda e qualquer situação de trabalho: “[...] esta idéia universalizante de retrabalho parcial das normas que preexistem a toda situação obriga a instruir estruturas de aprendizagem permanente dos saberes e dos valores, sejam quais forem o contexto e os modos de trabalho” (SCHWARTZ, 2000b, p. 42-43).

O conceito de atividade está encadeado com outras noções. Ao focarmo-nos nela, podemos ver uma gama de efeitos: a atividade é uma matriz produtora de normas antecedentes, que gera a renormalização, que gera um “desconforto intelectual”.

A renormalização que se gera atividades culmina em uma situação de desconforto intelectual, ou seja: os saberes disciplinares que, por definição, têm sempre tendência a neutralizar a história atual, local, dos homens e atividades são questionados e invalidados, em parte (SCHWARTZ, 2007).

A noção de atividade pela abordagem ergológica do trabalho, remete à atividade industriosa ou atividade de trabalho. O termo atividade industriosa carrega consigo o conceito que remete a uma realidade muito mais ampla que a indústria propriamente dita, ou seja, o termo traz consigo a definição mais humana, a capacidade industriosa do homem, que age com perícia, que emprega suas habilidades, que atua com arte (criatividade) e engenho. Já o termo atividade de trabalho traz consigo toda a carga conceitual do termo atividade, porém o situa, o especifica. Esse conceito de atividade é um ingrediente-base para abordagens teóricas em lugares onde ela estava pouco explícita. Com essa concepção da atividade de trabalho, podemos também situar o estudo do sujeito em atividade:

o horizonte que chamaremos, em sentido lato, da subjectividade em acto é como um ‘lugar natural’ para a idéia de actividade: quaisquer que sejam os ângulos de abordagem ou teorias do sujeito, sujeito do desejo, sujeito da linguagem, sujeito de aprendizagem, sujeito pensante [...] (SCHWARTZ, 2005a, p. 63).

Nesse ponto entra a atividade de trabalho como lugar de debate do sujeito entre trabalho prescrito e trabalho real, ademais que a atividade de trabalho torna-se um espaço dialético, no qual é preciso articular esses debates com todos os tipos de normas que o sujeito apreendeu ao longo de sua trajetória histórico-social. Quando falamos de normas, também falamos de lacunas de normas e é na atividade que haverá necessidade do sujeito retrabalhar o que previamente foi estipulado. Sempre em maior ou menor grau o sujeito retrabalha as normas, age e preenche essas lacunas com sua subjetividade:

toda atividade humana, todo tipo de trabalho no mundo, sempre comporta uma parte de 'retrabalhamento' e, por isso, é sempre difícil antecipar o que acontece no ambiente onde a atividade humana acontece, pois sempre estamos reconstruindo o mundo do trabalho (SCHWARTZ, 2008).

O filósofo francês adverte que temos um grande desafio, uma vez que, para entender o que acontece nos locais de trabalho, nunca podemos antecipar o que sucede, porque sempre localmente, aqui-e-agora, há, reconstrução na atividade de trabalho.

O trabalho não é visto apenas como atividade remunerada na *démarche* ergológica, mesmo sabendo o peso que o dinheiro tem em nossa sociedade, mesmo tendo consciência que a valorização do trabalho passa pela remuneração: quanto melhor remuneração, maior é o status do ofício, isso numa perspectiva macro, que a ergologia não dispensa. Contudo, a atividade industriosa está ligada a um *savoir-faire* (saber-fazer), que remete à natureza humana, mais precisamente a um elemento essencial: a necessidade de um trabalho criativo, ou a capacidade de criar na atividade de trabalho segundo sua singularidade. Não obstante, a atividade de trabalho conduz consigo a bagagem conceitual da atividade (conceito herdado de outras disciplinas, mas que é reinterpretada por Schwartz e equipe): a atividade é um impulso de vida, de saúde, sem limite predefinido, que sintetiza, cruza e liga tudo o que se representa separadamente - corpo/espírito; individual/coletivo; fazer/valores; privado/profissional; imposto/desejado (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 23).

Devido as diversas modificações no conceito de trabalho, pois o rumo de suas noções anda paralelamente com a humanidade e suas transformações, escolhemos a interface entre a abordagem ergológica e a linguística da enunciação para estudarmos a linguagem no trabalho.

Nessa perspectiva, o trabalho passa a ser uma atividade e, conseqüentemente, acreditamos que a linguagem (e sua concepção pela perspectiva enunciativa) é um meio privilegiado para conhecer o universo do trabalho.

3.3 ATIVIDADE DE TRABALHO

A atividade de trabalho geralmente se define como uma ação e produção, pois é muito difícil se engajar em uma reflexão de algo que estamos tão acostumados.

3.3.1 A Abordagem Ergológica

O mundo do trabalho é sempre um mundo em transformação. Mas o que nos interessa é que, de certa forma, se cristalizou uma ideia sobre o trabalho: “estamos acostumados a considerar o repetido, o codificado, o normatizado, o prescrito como as verdadeiras marcas do trabalho humano” (TEIXEIRA; CABRAL, 2010, p. 13), e isso é uma herança (ou resquício) do taylorismo. Ainda se pensa que o trabalho é algo a ser apenas executado, pois outros (gestores/gestão) já o planejaram:

É comum acreditar-se que o exercício profissional competente depende da habilidade dos gestores de organizar e comunicar a tarefa a ser feita, cabendo ao trabalhador apenas seguir instruções para bem realizá-la. Os princípios tayloristas, que dominaram o sistema produtivo e seu respectivo processo de trabalho ao longo de praticamente todo o século XX, apregoam uma adequação total entre o que é da ordem da prescrição e o que é da ordem da realização do trabalho. Qualquer defasagem entre essas duas instâncias é vista ou como um déficit de organização de gerentes/diretores ou como incapacidade do profissional que executa a tarefa (TEIXEIRA, 2010, p. 45-46).

Embora seja comum esse pensamento, não é isso que acontece. Ao realizar pesquisa em 2008, em um espaço de entretenimento e diversão, presenciei um funcionário que recém chegava para desempenhar a função de *barman*. Ele perguntou para o chefe da copa do bar: “o que devo fazer?”, que lhe respondeu com algumas prescrições, tais como: “você deve apenas servir o cliente; use esse abridor para abrir garrafas de cerveja, use esse outro para vinhos, o seu lado do balcão será esse, quando faltar algo, me solicite”. Em outra oportunidade, o vi trabalhando, e seu trabalho já havia sido retrabalhado, ou seja, ele já não trabalhava somente no lado designado para ele, usava apenas um abridor, o de vinhos que também abria outras garrafas; não só servia, mas também recolhia copos e garrafas do seu balcão, que seriam atribuições de outro funcionário; dava informações sobre festas, indicava o melhor dia para ir ao bar; isso sem prejudicar o andamento do seu trabalho. As prescrições passaram por um ajuste (CABRAL, 2008).

Sabemos que todo trabalho apresenta suas especificidades: clientes aborrecedores, colegas chistosos, chefes autoritários, ambientes desconfortáveis, ou outras situações que nos

deslocam e nos fazem acionar competências, gerir, escolher, atuar, tomar atitudes, enfim, agir. Mas sempre temos em mente as prescrições e nos regulamos com base nelas. Embora o trabalho seja visto pela maioria das pessoas como uma rotina, lançamos sobre a atividade um olhar mais atento, um “olhar à lupa”. Ademais, o trabalho constitui o homem, pois fornece elementos essenciais a sua vida (REVUZ, 2007). É nele que exercitamos nossas capacidades mentais e físicas, ele nos proporciona contato social, desafios, reconhecimento e até mesmo uma noção de identidade. Mas não podemos ter apenas uma visão romântica do trabalho, assim como ele nos dá uma dimensão do que somos, pois o que fazemos reflete no nosso ser, ele também provoca doenças, distúrbios, depressões, lesões, etc.

A seguir, trazemos a perspectiva ergológica, que considera que não se pode pensar o exercício profissional sem levar em conta que ele implica o trabalhador, suas escolhas e seus dramas interiores (TEIXEIRA; CABRAL, 2009b).

3.3.2 Origens da Ergologia

O campo da ergologia compreende um conjunto de estudos relativos à atividade de trabalho, que nasceu no sudoeste da França no final dos anos 1970. Resulta de investigações coletivas sobre o objeto de estudo “trabalho”, realizadas pelo dispositivo APST (*Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail*). Esse agrupamento cooperativo começou suas atividades na Universidade de Provence (Aix-Marseille I), na França, com o filósofo Yves Schwartz⁴, o linguista Daniel Faïta e o sociólogo Bernard Vuillon.

A abordagem ergológica ganhou força, ao longo das décadas seguintes, com uma série de publicações, reunindo linguistas, ergonomistas, sociólogos, filósofos, e conquistando, em 1999, na estrutura acadêmica da Universidade de Provence, o Departamento de Ergologia. Em 2000, o filósofo Yves Schwartz, um de seus mentores, apresenta a ergologia de forma mais consistente, numa obra de grande fôlego: *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Uma rede de intercâmbios e publicações de obras coletivas favoreceu a circulação internacional dos princípios ergológicos. Particularmente, no Brasil, os frutos dessa rede podem ser encontrados em diversas instituições: PUC/SP, UERJ, UFMG, COPPE/UFRJ, ENSP/FIOCRUZ, UNICAMP, UFES, UFMT, UFPb, UFPe, USP, UESC, UCPel/RS, PUC/RS, UNISINOS/RS (TEIXEIRA, 2009).

⁴ Yves Schwartz é filósofo, membro do Instituto Universitário da França, pesquisador do Centro Nacional de Pesquisas (CNRS), professor e diretor científico do Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, Aix-en-Provence, França.

A ergologia apresenta-se como um espaço “novo e criativo” para se pensar questões relativas ao trabalho que tem por objetivo “produzir conhecimentos sobre como vivem as pessoas a fim de melhorar suas condições de trabalho” (SOUZA-E-SILVA, 2008, p. 3).

O nome ergologia nasce da intenção de Schwartz de designar uma disciplina com um termo mais geral que “trabalho”. Para Schwartz, a ergologia não recebe as marcas de um passado filosófico, como são as noções de “prática”, “práxis”, “ação”, “produção”. O filósofo observa que na tradição grega há um termo mais geral para um “fazer bem indeterminado”: *ergasesthai*. Consequentemente, *ergon* é o produto desse fazer. Portanto, a ergologia remete ao termo mais neutro possível, o menos marcado, o mais genérico (SCHWARTZ, 2001).

Tal generalidade, do meu ponto de vista, é pertinente na medida em que podemos falar de uma ‘estrutura geral da atividade humana’ dada pelas histórias dramáticas do uso de si, distâncias entre normas precedentes e renormalizações, ao mesmo tempo carregando todo tipo de determinações históricas (SCHWARTZ, 2001, p. 15, grifo nosso).

Conforme Schwartz (2007), a ergologia é uma disciplina do pensamento e não uma disciplina que constitui um novo domínio do saber. É uma *démarche*, uma abordagem que se dirige e se vincula diretamente às atividades humanas.

“Essa disciplina ergológica é própria às atividades humanas e distinta da disciplina epistêmica que, para produzir, saber e conceito no campi das ciências ‘experimentais’ deve, ao contrário, neutralizar os aspectos históricos” (SCHWARTZ, 2000a, p. 45-46).

A ergologia é um modo de encaminhamento inovador para abordar a atividade humana (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). Mas o que há de inovador? Vivemos a globalização, em um mundo repleto de modernidades e avanços tecnológicos; contudo a maioria das pessoas é incapaz de compreender a complexidade do trabalho, principalmente aqueles que têm como função prescrever o trabalho dos outros. O trabalho ainda é visto como uma execução de tarefas, muitas vezes com ausência de sentido, visando uma lógica maquínica e desantropomorfizando os sujeitos em atividade, ou seja, há uma intenção de neutralizar o traço singular do homem no trabalho (ANTUNES, 2005, p. 20). O olhar inovador da ergologia, está voltado para a singularidade, para a subjetividade na atividade de trabalho. Quando falamos de subjetividade e singularidade, falamos de uma força viva, do homem, do seu corpo, de competências e de decisões. Falamos de marcas humanas que carregam atos e feitos singulares nas atividades; falamos de uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho.

A perspectiva ergológica constata que o homem não é um recurso que pode ser manipulado, envolto e engessado por normas e condições externas que antecedem sua atividade de trabalho. A ergologia visa a microdimensão do trabalho, em que percebemos sempre uma gestão pessoal, singular, ou seja, uma mobilização subjetiva sempre presente. Em outras palavras, essa perspectiva mostra que trabalhar é sempre gerir e a ergologia destaca essa gestão, essa microgestão. Para Borges (2004), não se pode gerir a partir de um deserto de gestão. Se há uma dimensão micro, há, também, uma dimensão macro da atividade de trabalho. Dito isso, apresentaremos os quatro pressupostos dessa *démarche* que permite que se repense o trabalho.

3.3.3 Os Quatro Pressupostos da Perspectiva Ergológica

Ao visitarmos os quatro pressupostos que a estruturam a ergologia, podemos perceber que ela toma corpo e se fundamenta desde de seu princípio em uma proposta interdisciplinar.

3.3.3.1 A noção de atividade

É uma noção imigrante de outras áreas e se estabelece na perspectiva ergológica não como aquilo que apenas se faz, mas também o que pode ser feito, o que se busca fazer sem lograr êxito, o que se deseja fazer, o que se pensa em fazer em outra ocasião, o que se faz para que não se faça o que deve ser feito, o que se faz sem querer fazer, o que está para ser feito, o que foi suspenso ou não realizado. Essa atividade é, portanto, sempre realizada e vivenciada de forma singular, subjetiva e marca o distanciamento entre o que é prescrito e o que é efetivamente realizado no trabalho (BORGES, 2004). Falamos aqui da noção de atividade. Na perspectiva ergológica ela se tornará o termo “atividade de trabalho”, o qual carrega consigo uma noção que objetiva designar aquilo que é especificamente humano no trabalho – desse conceito falaremos mais adiante.

3.3.3.2 A Consideração de Que Existe um Campo de Debates de Valores

O trabalho movimenta, o tempo todo, aspectos subjetivos do trabalhador. Então, o trabalho é também o tempo todo um debate de valores. Ao se deparar com a prescrição,

cada sujeito irá ressingularizá-la⁵, de acordo com seus valores e com sua história individual e coletiva. A maneira como cada pessoa age, diante das lacunas ou das deficiências do prescrito, é singular, e, portanto, não pode ser padronizada. Cada sujeito renormaliza⁶ o meio a seu modo, para dar conta do que não está presente na prescrição. Assim, sempre haverá um debate de normas, de valores, de histórias, na atividade de trabalho (BORGES, 2004).

3.3.3.3 A Existência de uma Dialética

Percebe-se a necessidade de interligar as questões micro e macro no contexto em que ocorre a atividade de trabalho. Analisar o trabalho a partir de uma situação real é uma tentativa de sair da armadilha proposta pela visão determinista de que “está tudo dominado” (BORGES, 2004) e, portanto, não há saída. A perspectiva ergológica visa não “a” saída, mas saídas: diversas, inúmeras, infinitas, como requer a complexidade do trabalho e da vida humana (BORGES, 2004).

3.3.3.4 A Consideração da Existência de Produção de Saberes

O Dispositivo de 3 polos é uma consequência direta da renormalização da atividade. O primeiro polo (polo 1) é o do saber acadêmico, ou seja, dos conceitos, do conhecimento sistematizado, que por sua vez “encontra-se” com o segundo polo (polo 2), que é o do saber gerado na atividade, isto é, do saber da experiência, em uma dinâmica constante de renormalização (BORGES, 2004). Todavia, esse “encontro” somente se produzirá na presença de um terceiro polo (polo 3) – das exigências éticas e epistemológicas -, que se interpreta como o polo da construção de parcerias, pois ele pressupõe um modo de olhar o outro como semelhante. O polo 3 gera uma situação de desconforto intelectual⁷ e confere uma certa humildade para reconhecer que ambos os

⁵ Esse termo pode entender-se da maneira mais literal: singularizar novamente ([re] significar), por intermédio da atividade de trabalho (BENVENISTE, 1989).

⁶ Esse termo pode entender-se como normalizar novamente ([re] normalizar), normatizar por intermédio da subjetividade, pois trabalhar é sempre retrabalhar.

⁷ Desconforto intelectual: “a tentação é forte, para os que trabalham, de escolher o conforto de um *discurso sobre as tarefas* que evita que se exponham dando conta da própria atividade. Reciprocamente, a tentação é sem dúvida ainda mais forte para os especialistas do conceito, no conforto de uma *torre de marfim da racionalidade intelectual*, de se satisfazer com modelos que conceberam e com encadeamentos que imaginaram. O desconforto intelectual é uma postura que decorre directamente da concepção ergológica da actividade, (ver: renormalização; dupla antecipação). A actividade não pode nunca deixar-nos confortavelmente instalados em interpretações estabilizadas dos processos e dos valores em jogo numa situação de actividade: daí o erro *ergológico* por excelência, que consiste em não estar em permanência numa postura de desconforto parcial.

saberes (conhecimento e experiência, polo 1 e polo 2) vivem a fragilidade de não explicar a realidade em sua totalidade, que são complementares e não excludentes (BORGES, 2004). O dispositivo dinâmico a três polos é essencial para a abordagem ergológica. Assim, dedicaremos a ele uma atenção maior nas próximas sessões, quando explanarmos sobre os conceitos de modo mais específico.

O trabalho realizado por ergologistas não é algo novo e está estabelecido por uma proposta interdisciplinar para Schwartz (2000a, p. 45-46):

O *métier* de ergologista não é *métier* novo, fundado sobre um corpo disciplinar específico. É um modo de um ergonomista, um filósofo, um linguísta, um tecnólogo, um jurista, um dirigente, um engenheiro, um militante exercer seu *métier* em conformidade com o que podemos dizer, hoje, da atividade humana.

Realizamos até aqui uma introdução à perspectiva ergológica. Iremos apresentar, na próxima sessão, o mapa de conexões e os conceitos que temos utilizado em nossas pesquisas⁸.

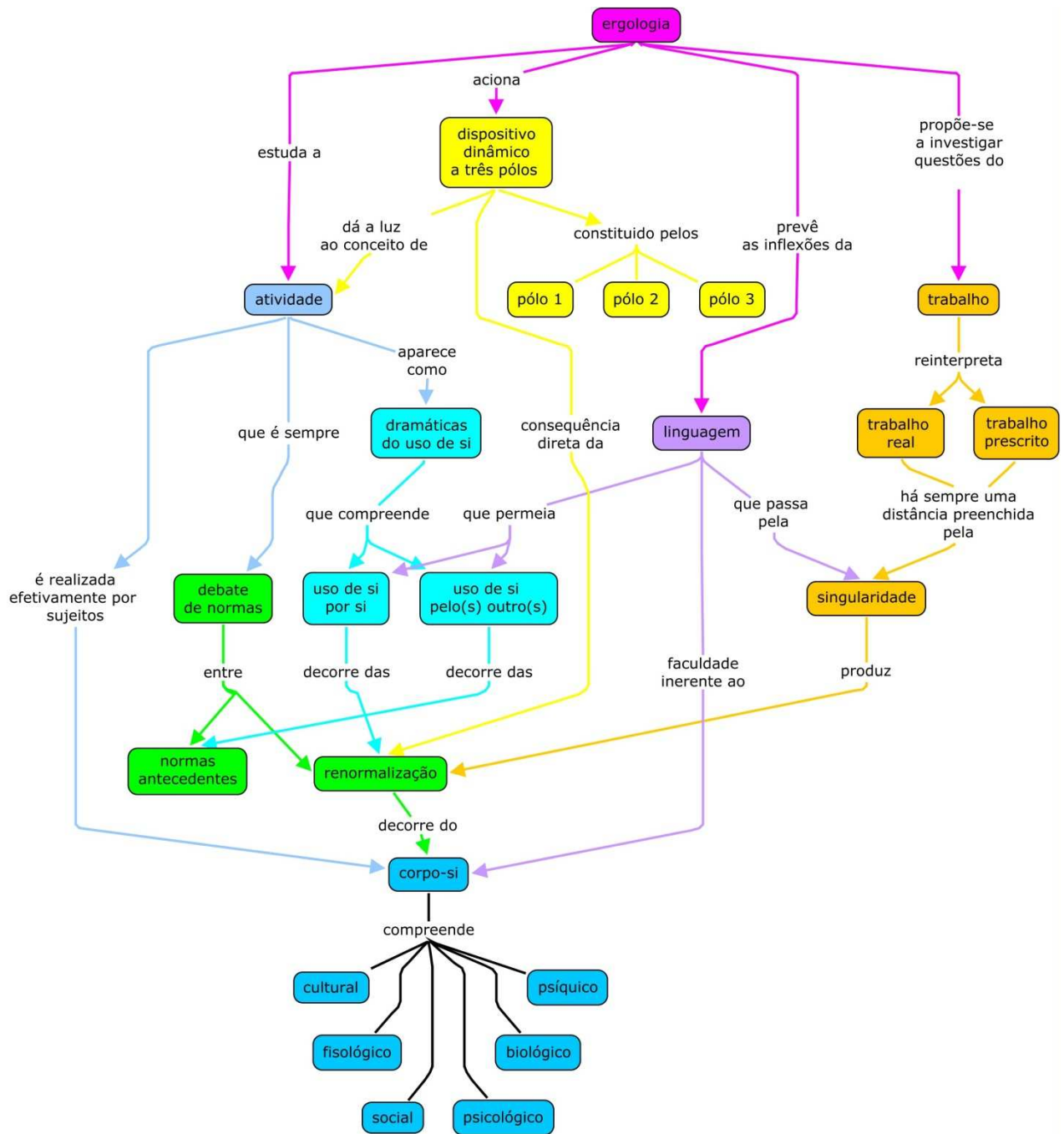
3.4 A ERGOLOGIA E SEU MAPA DE CONEXÕES

A ergologia apresenta conceitos interligados, que apontam para a singularidade na atividade. Nesse mapa de conexões (Figura 1), apresentaremos a rede de conceitos da perspectiva ergológica que temos utilizado em nossas pesquisas:

Trata-se, pelo contrário, de se deixar incomodar metodicamente ao mesmo tempo nos nossos saberes constituídos e nas nossas experiências de trabalho, a fim de progredir incessantemente nos dois planos” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008, p. 24-25).

⁸ As pesquisas a que me refiro estão vinculadas ao GEEP (Grupo de Estudos Enunciação em Perspectiva) que constitui o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq) *Enunciação em Perspectiva*, formado em 2000, que tem por líderes as professoras Marlene Teixeira (PPGLA/UNISINOS) e Maria da Glória Corrêa Di Fanti (PUCRS). Há um segmento do GEEP que aborda o tema *linguagem e trabalho*, em que se incluem o autor do presente trabalho, Jorge Feldens, mestrando (PPGLA/UNISINOS), Geisa Cássia Romani de Abreu, mestre (PPGLA/UNISINOS) e Marlene Teixeira, uma das líderes do GEEP.

Figura 1 - Mapa de conexões de conceitos da ergologia



Fonte: Elaborado pelo autor

3.4.1 Do Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P)

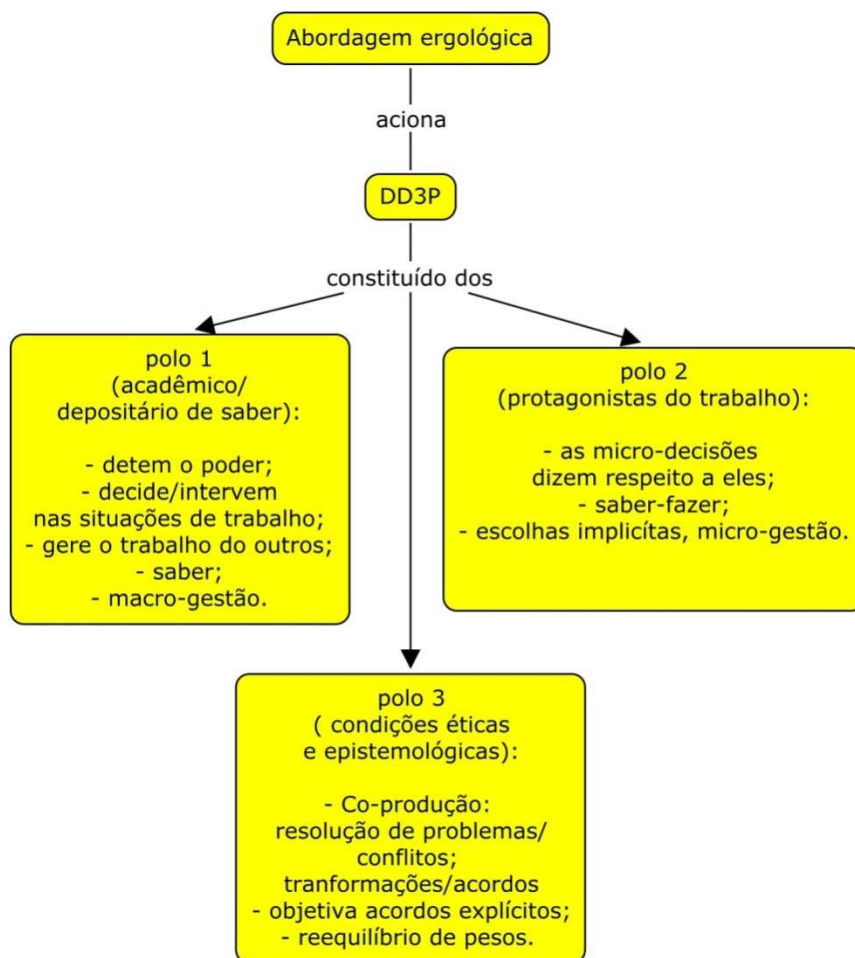
Para Durive e Schwartz (2008), é uma *démarche* que reconhece a atividade como debate de normas⁹. No campo das práticas sociais, a perspectiva ergológica objetiva elaborar saberes formais, e para isso, aplica o DD3P por toda parte onde seja possível. A construção e

⁹ Discutiremos essa noção mais adiante no trabalho.

aplicação do DD3P resulta, em um primeiro debate, em uma dupla confrontação: os saberes (acadêmicos/teóricos) entre si versus os saberes da experiência da atividade, que, por sua vez, são matrizes de saberes.

A ergologia é uma abordagem teórico-prática capaz de problematizar a complexidade da atividade humana e distinguir diferentes fatores pertinentes a ela. Desse modo, a ergologia define alguns polos para a produção de conhecimento acerca da atividade de trabalho. Para apresentar os polos desse dispositivo, mostramos abaixo a figura 2:

Figura 2 - Dispositivo dinâmico de três pólos



Fonte: Elaborado pelo autor

Então, a abordagem ergológica aciona:

- a) **polo 1:** depositário de saberes constituídos. Polo dos sujeitos que decidem, que intervêm nas situações de trabalho, que gerem o trabalho de outros. Trata-se do

polo acadêmico/científico, no qual estariam as teorias e disciplinas que compõem a abordagem ergológica;

- b) **polo 2:** polo dos protagonistas do trabalho, do saber-fazer (*savoir-faire*), dos que tomam decisões na atividade realizada. Trata-se do polo da experiência, da microgestão, do aqui e do agora;
- c) **polo 3:** polo das condições éticas e epistemológicas, da coprodução, da resolução de problemas, das transformações e acordos entre os polos 1 e 2. É o pólo da convicção ética de que a singularidade é inerente à atividade de trabalho.

O encontro desses polos permite problematizar e conhecer, mesmo que sempre de maneira parcial, a complexidade da atividade humana e, nesse sentido, a atividade de trabalho. Segundo Schwartz (2007, p. 269), “o DD3P é por onde circulam os saberes para conhecer as normas antecedentes e compreender os recentramentos operados na atividade”.

“Entre estes pólos, não existe começo nem fim, nem anterioridade de um sobre os outros, eles estão em relação dialética. O conceito de atividade nasceu deste dispositivo a três pólos e, ao mesmo tempo, justifica-o e o exige” (SCHWARTZ, 2000a, p. 44-45).

A atividade humana, seja ela qual for, ajustada no DD3P, faz com que a perspectiva ergológica seja coerente com seus pressupostos, pois, para Schwartz, essa disciplina deve acionar, inevitavelmente, esse dispositivo.

Essencialmente, o DD3P é um projeto, uma intenção constante que necessitamos demandar a partir do momento em que estão em questão atividades, sejam elas quais forem. A perspectiva ergológica não se limita à atividades de trabalho, mas a atividades levadas a efeito em qualquer lugar, desde que haja produção ou difusão de saberes sobre atividades humanas. O DD3P suscita, ao mesmo tempo, efeitos sobre a produção de conhecimento e sobre a gestão social das situações de trabalho, pois há efeitos recíprocos entre o campo científico e o campo da gestão do trabalho, seja na macro ou na microgestão. Ou seja:

Este dispositivo a três pólos, destinado a ampliar e transformar estes efeitos recíprocos, deve ser acionado em todos os níveis, na universidade mas, também nos locais de gestão e de transformação das atividades de trabalho (SCHWARTZ, 2000a, p. 46).

O DD3P é base para compreender e tentar captar o que há de singular no trabalho, pois ele é o dispositivo principal dessa abordagem. Para entender os conceitos da perspectiva ergológica, é preciso compreendê-lo. Todos os conceitos estão conectados e formam um

grande organismo. Schwartz, Adriano e Abderrahmane (2008b, p. 11) afirma que “este foi o ponto crucial da démarche ergológica do trabalho, que deságua num certo regime de produção de saberes denominado, a partir de 1994, por “dispositivos dinâmicos a três polos”.

3.4.2 Dos Conceitos da Perspectiva Ergológica

Para apresentar a gama de conceitos que a perspectiva ergológica traz, faremos uma imersão nos textos (entrevistas, artigos, capítulos de livros) que foram traduzidos do francês para o português, ou que foram publicados em português no Brasil e em Portugal. Deste modo, compomos um corpus, somando o total de 23 obras, com textos de 1996 a 2009.

3.4.2.1 Do Trabalho, da Atividade Industrial, da Atividade de Trabalho

O trabalho é uma forma de socialização (SCHWARTZ, 1996a), ou seja, o homem também se insere no social pelo trabalho. Neste estudo, não associamos trabalho somente a conteúdos de atividade, remuneração, regime de salários, estatuto ou contrato de troca de prestação de serviços, simples ocupação de um lugar no conjunto social (SCHWARTZ, 1996b). Ao explicar sobre o valor do trabalho, Schwartz (1996b, p. 148, grifo do autor) salienta: “[...] o trabalho tem valor, porque é produtor ou matriz do *laço social*”, mas ao mesmo tempo o filósofo francês afirma que o trabalho possui várias facetas.

O trabalho pode ser caracterizado de dois modos extremos: uma ideia simples, concretizada na redução do trabalho por uma troca de tempo por salário (trabalho-mercadoria), ou um conceito complexo de trabalho, como acredita a perspectiva ergológica, traduzida numa realidade que articula inextricavelmente o antropológico, o histórico, heranças imemoriais e relações sociais carregadas de sentido, porém uma realidade nunca compreendida inteiramente (SCHWARTZ, 1996b).

A abordagem ergológica é mais do que só pensar o trabalho sob a ótica do mercado, todavia

desconectar totalmente a atividade industrial dos procedimentos de sua contrapartida econômica é uma maneira de subestimar profundamente o endereçamento social das dramáticas de uso de si cuja valorização ou reconhecimento em dinheiro é, nas condições atuais, um elemento importante (SCHWARTZ, 1996b, p. 154-155).

Schwartz (2000a, p. 38) se engajou na “tarefa de melhor compreender as relações entre o mundo da cultura, da educação e do trabalho, indo o mais perto possível dos locais de

trabalho”. Como resultado desse engajamento, não somente por Schwartz, mas também de seus colegas, a perspectiva ergológica é um caminho que trata de compreender as transformações do trabalho, que busca analisar os saberes, os laços coletivos, os valores, as contradições, as lutas, os sentimentos de insuficiências, um conjunto de elementos que não são considerados objeto de mutações bruscas (SCHWARTZ, 2000a).

A ergologia foi estabelecida aos poucos, com encontros pluridisciplinares ampliados, uma vez que no seu início o grupo não tinha como pensar de modo conceitual a materialidade que encontravam nas atividades. Assim, a ergologia começou a contar com contribuições significativas do médico Ivar Oddone¹⁰ e do ergonomista Jacques Duraffourg¹¹ que, nesse encontro pluriprofissional, apresentaram conceitos que foram fundamentais para o construto teórico da ergologia, tais como a noção de “comunidade científica ampliada”, “trabalho prescrito”, “trabalho real”, “atividade”¹² (SCHWARTZ, 2000a, p. 41). Esses conceitos vieram como uma herança que foi reafirmada por Schwartz, pois ele os reinterpreto e deu lugar a esses conceitos na perspectiva ergológica. Esses elementos conceituais foram rearticulados com a reflexão do saber-fazer técnico, com a subjetividade no trabalho, o uso de si, entre outros elementos do trabalho. Logo, o conceito de “atividade” tem sua trajetória epistemológica e nessa *démarche*, ganha duas vias: ora é vista como atividade industrial, ora é vista como atividade de trabalho. Schwartz (2000a) tinha intuições de base, mas era preciso nutri-las e isso ele fez com outros conhecimentos extraídos de disciplinas diversas. O próprio conceito de “atividade” emerge deste encontro e questiona novamente as disciplinas.

“A *démarche* ergológica mesmo tendo como objetivo construir conceitos rigorosos, deve indicar nestes conceitos como e onde se situa o espaço de (re)singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho” (SCHWARTZ, 2000a, p. 45-46).

¹⁰ Ivar Oddone, médico italiano, propôs o Mapa de Risco e do Modelo Operário Italiano, faz parte de um grupo composto por operários, sindicalistas, estudantes, profissionais diversos e cientistas que se reúnem na Bolsa de Trabalho de Turim, a partir da metade dos anos 60, e dá origem às “comunidades científicas ampliadas”. Através do confronto entre saberes formais dos pesquisadores e os saberes informais dos trabalhadores estas comunidades investigam de maneira autônoma, reivindicação do movimento sindical, o meio de trabalho apresentando propostas de transformação. Nasce daí uma nova concepção de pesquisa e de produção de saber sobre o trabalho. Publicou *Redécouvrir l’expérience ouvrière*. Paris: Éditions Sociales, 1981 (SCHWARTZ, 2000a, p. 39). No Brasil, a partir da década de 80, teve influência importante no trabalho desenvolvido na área de Saúde do Trabalhador, tanto nos órgãos sindicais, como nos serviços públicos de saúde. Aqui, ficou conhecido como um dos autores do livro *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*, juntamente com Gastone Marri, Sandra Glória, Gianni Briante, Mariolina Chiattella e Alessandra Re, editado em 1986 pela Hucitec de São Paulo.

¹¹ Ergonomista, integrante do Departamento de ergologia da Universidade de Porvence – França.

¹² A promoção da noção de atividade, a partir dos anos 80, por esta corrente da ergonomia que foi justamente caracterizada como “ergonomia da atividade” (SCHWARTZ, 2005a, p. 63).

O conceito de “atividade” é o resultado de uma construção. Essa noção na abordagem ergológica vai além da consideração do trabalho remunerado, como já dissemos, mas também se nutre de outros aspectos: da história das técnicas, da antropologia, da neurofisiologia, das ciências da linguagem, e ao mesmo tempo interroga novamente estes saberes (SCHWARTZ, 2000a). A atividade, na ergologia, aparece como “produtora de matriz de histórias e de normas antecedentes, que, por sua vez, são sempre renormalizadas no recomeço indefinido das atividades” (SCHWARTZ, 2000a, p. 42-43). A atividade é uma noção que se universaliza, pois aparecerá em toda e qualquer situação de trabalho.

O filósofo francês adverte que temos um grande desafio, uma vez que, para entender o que acontece nos locais de trabalho (chão da fábrica, setor hospitalar, por exemplo), nunca podemos antecipar o que acontece, porque sempre localmente, aqui-e- agora, há reconstrução na atividade de trabalho. O desafio sempre será o de construir dispositivos e maneiras de abordar o trabalho humano com essa hipótese de observar o singular, o sujeito em atividade.

3.4.2.2 Das Dramáticas do Uso de Si

Para Schwartz, Duc e Durrive (2007), trabalhar é de alguma forma colocar à prova do real seus próprios limites, suas próprias capacidades. É, portanto, correr um risco. O trabalho nunca é realizado antecipadamente. Arranjamo-nos na atividade de trabalho como quem se coloca em uma situação de prova de existência, como “si” no trabalho. Desse modo, Schwartz, Duc e Durrive (2007) utilizam uma expressão um pouco grandiloquente, mas não em vão: “dramática de uso de si”. Trata-se, para a ergologia, de recolocar algo de drama, de grandeza naquilo que sempre foi considerado pequeno ou negligenciável: o trabalho na perspectiva micro.

Schwartz, Duc e Durrive (2007, p. 197) chamam de dramática “todo o problema da atividade em geral e do trabalho, do trabalho mercantil em particular, pois trabalhar envolve sempre uma dramática”. Trabalhar é sempre um drama no sentido de que envolve o trabalhador por inteiro¹³, é o espaço de tensões problemáticas, de negociações de normas e de valores.

Em outras palavras, dizemos que não existe situação de trabalho que não convoque ‘*dramatiques* do uso de si’, as quais se prendem aos horizontes de uso dentro dos quais cada um avalia a trajetória e o produto, ao mesmo tempo individual e social, do que é levado a fazer (SCHWARTZ, 1998, p. 8).

¹³ Corpo-si.

A abordagem ergológica de estudos sobre a atividade de trabalho está voltada, prioritariamente, para a inevitável implicação da subjetividade no exercício profissional. Para Schwartz, a realização de qualquer tarefa passa por uma dialética e se desdobra em duas dimensões: usos de si e uso de si por si e uso de si pelo(s) outro(s).

A noção de uso de si por si diz respeito ao uso que cada um faz de si próprio, isto é, à renormalização singular realizada pela atividade humana, que revela compromissos microgestionários. O uso de si remete ao fato de que não há execução nessa dramática do trabalho, mas um uso. É a pessoa integral que é convocada em toda a sua subjetividade¹⁴, com toda a mobilização que qualquer abordagem taylorista (a qual não considera as questões humanas, históricas e sociais) jamais pode alcançar. O conceito de uso de si chama a atenção para a complexidade do humano (BORGES, 2004). Para Teixeira (2010), o trabalho é uso de si por si, uma vez que, no processo de atividade, o sujeito mobiliza seu saber-fazer, seus valores, seus afetos, enfim, sua singularidade. É isso que faz com que seja impossível uniformizar as situações de experiência¹⁵.

A ergologia recorre à ergonomia da atividade no sentido de questionar a redução do trabalhador a um simples executor de instruções. O filósofo afirma que o exercício profissional, qualquer que seja ele, não é o campo por excelência do mecânico e do repetitivo, pois mobiliza escolhas e dramas particulares. A atividade de trabalho é lugar de investimento subjetivo; uma enigmática alquimia humana aí se dá (TEIXEIRA; CABRAL, 2009b).

Afirmar que o trabalho é uso de si significa entender que é o lugar de uma tensão problemática, de um espaço de possibilidades a serem negociadas: não há execução, mas uso, e isso supõe um “espectro contínuo de modalidades”. Por um lado, o trabalho é um objeto social, coletivo, pressionado por forças que estão fora do sujeito. Trata-se de um objeto extremamente complexo, que engaja experiências subjetivas e enigmáticas a ele inerentes; atravessado por microconflitos, rejeições, escolhas que tendem a redefinir permanentemente os procedimentos.

Colocar o foco no uso de si por si e pelo outro é olhar para a organização viva do trabalho como lugar de uma tensão entre forças reguladoras do fazer e forças que advêm das singularidades aí implicadas (TEIXEIRA, 2010). Falar de uso é falar de autonomia. No

¹⁴ Corpo-si.

¹⁵ Em entrevista sobre o acidente com o voo 3054 da TAM, ocorrido em Congonhas no ano de 2007, o norte-americano Steven-Marks, advogado de parente das vítimas, comenta que “os pilotos estavam lidando com uma situação de emergência, tomando decisões em frações de segundos”, ao que tudo indica, em razão de um problema mecânico: a inoperância de um dos reversores (FOLHA ..., 2010 apud TEIXEIRA, 2010). Esse comentário, trazido por Teixeira(2010), mostra que o trabalho não pode ser visto como tarefa prescrita, regulada por supervisores, gerentes, diretores, a partir de um saber meramente técnico. O trabalho é sempre retrabalho.

entanto, é preciso relativizar essa parte de autonomia, pois o trabalho é também uso de si por outros. Os trabalhadores realizam suas atividades a partir de ordens e procedimentos dos quais não são autores. É impossível trabalhar num deserto de gestão, e ao mesmo tempo, são as normas que tornam o trabalho possível.

O uso de si por si e pelo outro é o uso que vai das normas às instruções operacionais. Não estabelecer essa tensão contraditória entre esses dois usos é acreditar que o trabalhador é um ser humano passivo, reprodutor, que apenas sofre os impactos dos determinismos históricos, econômicos e sociais. Se as condições históricas são um já-dado (prescrição), o trabalho efetivamente realizado (assim como a vida) nunca é apenas isso, pois o humano não só varia, mas produz variações. Nesse sentido, as pessoas praticam, o tempo todo, uma gestão de si como uma questão humana que envolve escolhas, valores, arbitragens. A gestão é da ordem da vida, independe do trabalho (BORGES, 2004).

Então, o trabalho é um lugar de problemas (ou de resoluções) e, inevitavelmente, implica um uso de si. Ou seja, voltando mais uma vez a esse ponto, não há simples execução, mas uso, convocação de um indivíduo singular com capacidades bem mais amplas que as enumeradas pela tarefa. Trabalhar coloca em tensão o uso de si requerido pelos outros e o uso de si consentido e comprometido por si mesmo (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 27).

Pensar no trabalho como uso de si, como uma dramática que envolve o uso, é, de certo modo, ter a consciência que trabalhar, conforme propõe Schwartz (1996a, p. 110),

[...]é contribuir para reproduzir e expandir as configurações sociais das quais cada uma constitui uma certa maneira de contribuir à pessoa humana, a gestão dos homens e das coisas, patrimônios culturais diferenciados; colocam-se, portanto, através deste uso industrioso de si mesmo, problemas de valores, de julgamentos, de escolhas.

Assim, percebemos que toda atividade de trabalho requer sempre variáveis que são ou serão geridas, há sempre escolhas a serem feitas, como o próprio Schwartz diz: “arbitragens – e essas podem até mesmo ser inconscientes” (SCHWARTZ, 1996b, p. 151).

O termo uso de si traz consigo as manifestações de um sujeito, uma vez que anula o axioma taylorista que o homem apenas executa tarefas. Taylor, ao falar para os operários: “deixem seus cérebros do lado de fora da empresa!”, gerou um antagonismo entre operários e gestores. Assim, concretizava a ideia de que somente os gestores pensavam e os operários ficam encarregados somente da execução de tarefas. A ergologia, com a noção das dramáticas do uso de si, retoma a subjetividade esquecida, ou pelo menos suprimida. Assume que o homem no trabalho está de forma integral, corpo e inteligência implicados na atividade.

O polo da experiência (polo 2) sempre soube disso, por isso havia um ressentimento da parte dos operários durante o taylorismo, pois eles sabiam que as empresas/indústrias importavam-se somente com sua força física, considerando-os como meros recursos, podendo ser substituídos a qualquer momento, tal como máquinas. Na atualidade, isso não muda muito, mas o ponto significativo é que estão se criando frentes que visam o trabalho constituído de debates de valores e não mais de imposição de normas e opressão. O polo acadêmico já visa a subjetividade no trabalho e reconhece o corpo-si tanto de quem gere o trabalho dos outros, quanto de quem gere sua própria atividade, mobilizando o seu corpo-si.

Vale ainda lembrar que nas dramáticas opera, portanto, uma dialética que se origina na dualidade não eliminável dos usos de si no trabalho, no seu caráter híbrido, e que interpela, a nosso ver, toda a teoria da determinação conceitual de situações particulares (SCHWARTZ, 2000b).

3.4.2.3 Do Corpo-Si

Schwartz (2007, p.40) retoma um ponto que para nós parece essencial: é preciso treinar o olhar para enxergar as micronuances do trabalho, ou seja, “existe, portanto, toda uma aprendizagem do olhar, da atenção e do interesse”. Se não sabemos que existem coisas a encontrar, que existem diferenças a descobrir, não as encontraremos.

Para nossa escrita sobre o corpo si, vale acrescentar alguns outros pontos sobre a atividade de trabalho. Há 4 proposições da atividade (SCHWARTZ, 2007, p. 40-46):

1. existe sempre uma distância entre o prescrito e o real;
2. o conteúdo da distância é sempre ressingularizado;
3. a distância remete à atividade do corpo-si;
4. a distância remete a um debate de valores (a arbitragem mobiliza um complexo de valores: o trabalho é sempre encontro de valores).

De certa forma, exploramos essas proposições nas seções acima. Nesta seção, concentraremos a atenção na noção de corpo-si, que remete a uma história particular, com suas características morfológicas, psíquicas, culturais. É a história de cada sujeito que fará diferença no ato de ressingularizar sua atividade, renormalizar o que lhe foi prescrito.

Isso indica que *jamais existe uma única racionalidade no trabalho*. [...] qual é a entidade que dá racionalidade neste caso? [...] Eu digo: que essa entidade que

racionaliza é o ‘corpo-si’, ou seja, alguma coisa que atravessa tanto o intelectual, o cultural, o fisiológico, o muscular, o sistema nervoso (SCHWARTZ, 2007, p. 43-44).

Quando falamos de corpo-si, não podemos estabelecer uma separação muito precisa no interior dessa entidade para saber quem é que decide. Para Schwartz (2007), é tudo ao mesmo tempo, arbitragens complicadas no interior de uma entidade que vai do mais biológico ao mais cultural.

Então, terceira proposição geral: quem faz a gestão desta distância é a atividade de uma entidade um pouco enigmática que eu chamo de ‘corpo-si’ ou ‘si-corpo’ (mas podemos encontrar outra expressão). Simplesmente, isso assinala a *dificuldade de pensar o sujeito da atividade*, porque não é nem o sujeito perfeitamente consciente, nem o sujeito perfeitamente inconsciente, enfim esta entidade atravessa tudo isso. A atividade remete a isso (SCHWARTZ, 2007, p. 43-44, grifo do autor).

Mas a partir do momento que sabemos que a distância entre o prescrito e o realizado é universal, que existe no trabalho outras razões que entram em jogo além das razões dos organizadores, isto quer dizer que a pessoa faz escolhas. Ela faz as escolhas conscientes ou inconscientes, mas ela faz escolhas. E se ela tem escolhas a fazer, é em função de critérios – e, portanto, em função de valores que orientam estas escolhas. Não se pode escapar disso. Há debates de normas no interior da menor atividade de trabalho, a mais ínfima (SCHWARTZ, 2007, p. 45).

Os debates são ao mesmo tempo:

- a) debates consigo mesmo;
- b) debates com valores de ordem social, que Schwartz (2007, p. 45) chama de “o bem viver juntos”.

Quando se trabalha, não há uma simples submissão a procedimentos, senão o uso de um capital pessoal: corpo-si.

“A atividade de trabalho tem um pouco a ver com uma ‘dramática’. E isso remete mais uma vez àquilo que pode ser chamado de ‘subjetivo’, se quisermos conservar esse termo” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007, p. 193).

Segundo Schwartz, Duc e Durrive (2007, p. 193), “se admitimos que o trabalho é sempre singularização ou ressingularização, por si-mesmo, devemos reconhecer, por outro lado, que não agimos de forma individual, que não agimos sozinhos”. E, para Schwartz, é isso que dá a verdadeira dimensão a essa espécie de dramática:

[...] escolher hipóteses, escolhendo trabalhar com tal pessoa mais que com outra, ser atento mais com isto do que com aquilo, tratar a pessoa que se tem à sua frente de tal maneira mais do que de outra, enfim fazendo escolhas, engajamos os outros com os quais trabalhamos (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007, p. 193).

Ao invés de subjetividade, Schwartz, Duc e Durrive (2007) prefere a noção de corpo-si, pois para ele o trabalho é um drama, ou seja, alguma coisa acontece e leva a pessoa a escolher, a arbitrar. E as arbitragens situam-se, muitas, no corpo, porque ele é dotado de inteligência; mas muitas escolhas são feitas, felizmente, quase automaticamente. Em determinados momentos, automatismos podem vir à consciência. Alguns podem, outros não.

Onde se fala de subjetividade, eu proporia a noção de ‘corpo-si’. Reconheço que existem muitos nomes esquisitos nisso tudo, mas é preciso ver que todo conceito veicula com ele uma história, apostas, valores, que a gente carrega sem se dar conta. [...] Daí a idéia de corpo si (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007, p. 199).

O corpo não é o todo da dramática, mas ele mostra o conjunto do campo que é matriz do que acontece na atividade, aí inclui-se o corpo biológico. A noção de corpo-si coloca o dedo sobre “alguma coisa” que ultrapassa a todos, segundo Schwartz, Duc e Durrive (2007, p. 199) “na medida em que isso nos remete às profundezas do que somos – a essa “alguma coisa” que é, digamos novamente, biológica, mas atravessada por nossa história. Ou seja, nós trabalhamos nosso corpo, nós trabalhamos permanentemente pela nossa experiência de vida – e portanto por nossas paixões, por nossos desejos, por nossas experiências.”

Schwartz, Duc e Durrive (2007, p. 199) dizem que “quaisquer que sejam os valores ou a maneira pela qual o corpo-si trata os valores, permanentemente e a seu nível, é o tipo de coisa que ninguém poderá manifestar totalmente em palavras”.

Em síntese a noção de “corpo-si” é:

- a) o corpo inserido na vida; o corpo a partir do fato de que somos parte do *mundo da vida*;
- b) o “si” imerso em um mundo perpassado de técnicas, normas, valores e de constituição do social;
- c) o “si” que possui história psíquica.

O “si” acumula esses aspectos, conforme Schwartz, e para ele o menor dos atos de trabalho remete a essas três dimensões.

4 PONTOS DE CONTATO: ENUNCIACÃO E ERGOLOGIA

Conduzimos este trabalho sob as luzes da linguística da enunciação, que visa à subjetividade na linguagem, e da ergologia, que se interessa pelo trabalho como atividade efetivamente realizada por sujeitos. Teixeira e Cabral (2009b, p. 236) propõem que a perspectiva enunciativa de estudo da linguagem de Émile Benveniste apresenta pontos de contato com a ergologia (SCHWARTZ, 2000b), podendo com ela dialogar em investigações sobre a atividade de trabalho. Apresentamos, a seguir, esses pontos de contato, e acrescentamos comentários sobre conceitos operatórios, como linguagem e atividade humana, entre outros. Além disso, procuramos realçar que a interdisciplinaridade ajuda a expandir o conhecimento científico.

A ergologia interessa-se pelo trabalho como atividade efetivamente realizada por sujeitos, entendendo o termo “atividade” como uma dialética entre duas dimensões da atividade humana que estão ligadas no trabalho: o dizer e o fazer, isto é, entre a prescrição e o que efetivamente acontece. A perspectiva ergológica ensina que a atividade de trabalho é social, coletiva, normalizada, mas, ao mesmo tempo, engaja experiências subjetivas, que tendem a redefinir permanentemente os procedimentos. É o lugar de um jogo de reciprocidades entre o geral e o singular.

A linguística da enunciação interessa-se pelo ato de colocar a língua em funcionamento, pelo modo particular como o homem *apropria-se* dela para se relacionar com o outro e com o mundo. Considera que a língua fornece um sistema formal de base (um conjunto de normas) que o falante, no ato de enunciação, arranja num estilo particular (renormaliza). Oferece também meios para a identificação, na matéria linguística, de marcas da subjetividade no enunciado.

Tanto a linguística da enunciação quanto os estudos ergológicos reconhecem que a regularidade é inerente ao campo da linguagem/à atividade de trabalho. No entanto, observar só as regularidades é neutralizar o objeto a conhecer. É preciso olhar para a intervenção sempre singular do sujeito no ato de linguagem/na atividade de trabalho (TEIXEIRA; CABRAL, 2009b, p. 237).

A linguagem e a atividade humana entrelaçam-se de maneira muito estreita. Esses dois tópicos oscilam entre teorias linguísticas e disciplinas que visam à atividade humana. À luz da linguística da enunciação, mais precisamente sob o aporte teórico de Émile Benveniste, tomamos a linguagem como faculdade humana, característica universal e imutável do homem, que se realiza em línguas, sempre particulares e variáveis (BENVENISTE, 1995, p. 20).

Encontramos no Dicionário da Linguística da Enunciação o termo “linguagem”, pelo ponto de vista benvenistiano, com a seguinte definição: “faculdade de simbolizar inerente à condição humana” (FLORES et al., 2009, p. 152). A linguagem, pois, é inerente à natureza humana. O homem não foi criado duas vezes, uma com e outra sem a linguagem; essa é uma capacidade intrínseca ao ser humano, e a língua é o meio no qual ela se realiza. A linguagem é a faculdade de simbolizar, posto que reproduz a realidade, que, por sua vez é refletida por intermédio da linguagem. Segundo Benveniste (1995, p. 26), aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e sua experiência do acontecimento; por outro lado, aquele que ouve apreende primeiro o discurso e, através desse discurso, o acontecimento (re)produzido¹.

A atividade, sob o ponto de vista ergológico, é um impulso de vida, no entanto, amplia e especifica o conceito de atividade nesse pequeno excerto:

a atividade torna-se o lugar de uma dialética onde agora é preciso articular os debates do sujeito com todos os tipos de normas apreendidas no horizonte histórico-social. Estas normas devem ser pensadas como anteriores aos sujeitos que com elas têm que lidar, mas também é a história destes sujeitos, anterior a estas normas, que permite abordar localmente o resultado das negociações de onde resulta, a cada vez, a reconfiguração do meio (SCHWARTZ, 2005a, p. 63).

A atividade é um lugar de debates de normas, onde os valores pessoais perpassam e constroem resultados no âmbito do trabalho, no campo social. Tanto a linguagem quanto a atividade envolvem sujeitos. Na linguagem, há uma dupla função: para o locutor, representar a realidade, ao passo que, para o ouvinte, recriar tal realidade. Como consequência, a dupla função da linguagem faz dela o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva (BENVENISTE, 1995). É fundamental compreender os verbos *representar* e *recriar* como apresentar de novo e criar novamente, bem como o verbo *reproduzir* como produzir de novo. Ou seja, a linguagem traz à tona, ao aqui e agora, uma realidade “filtrada” pelo processo de simbolização.

Segundo Benveniste (1989, p. 222), “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver”. Essa citação mostra que “linguagem” e “atividade” estão entrelaçadas, pois ambas estão na natureza humana; o homem constitui uma sociedade mobilizando a linguagem e atuando em diversas esferas. A linguagem é posta em funcionamento como instrumento de comunicação intersubjetiva através da enunciação. A enunciação é “a colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Ao colocarmos a língua em uso, sempre haverá lacunas a serem preenchidas e, nesse processo, as

¹ Reproduzir, em Benveniste, não significa cópia, mas produzir de novo.

palavras ganham novos sentidos, diferentes dos habituais, pela inserção da subjetividade. Benveniste (1995, p. 26) diz que “a linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-a a sua própria organização”.

A atividade organiza-se e desenvolve-se pelo jogo entre normas antecedentes e renormalizações. A atividade de trabalho apresenta lacunas, e trabalhar, assim como enunciar, envolve a subjetividade, ou o corpo-si. A atividade de trabalho é atravessada por normas. Segundo Durrive e Schwartz (2008, p. 26), “as normas exprimem o que uma instância avalia como o que deve ser, conforme o caso, um ideal, uma regra, um objetivo, um modelo. Podemos dizer o mesmo da língua, a qual se submete a normas e regulações”. Assim, língua em uso e a atividade estão sujeitas a renormalizações. A renormalização não se ocupa de refazer as normas, mas sim de ajustá-las, preenchendo com a subjetividade as lacunas tanto da língua quanto da atividade de trabalho. A língua² passa pela experiência do corpo, nos seus diversos aspectos.

Se, nesse ínterim, parece que entrelaçamos os termos língua e linguagem, é porque, dentro da perspectiva que adotamos, vemos que esses conceitos imbricam-se com frequência e, finalmente, se confundem, pois os problemas infinitamente diversos da língua têm em comum o fato que, com certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem (BENVENISTE, 1995).

Não existe atividade de trabalho, tampouco linguagem, sem alguém que trabalhe, sem alguém que enuncie, sem que um sujeito advenha. Podemos, nesse ponto, dizer que o conceito de corpo-si, da ergologia, entrelaça-se com o conceito de subjetividade da teoria benvenistiana, do mesmo modo que língua e linguagem imbricam-se e confundem-se. Benveniste (1995, p. 286) diz que “é na e pela linguagem que o homem que se constitui como sujeito”. A subjetividade nada mais é, na perspectiva enunciativa, que a passagem de locutor a sujeito. Quando falamos em subjetividade na linguagem, falamos do modo como o locutor se inscreve no ato de utilização da língua com seu corpo-si.

No que se refere à atividade, quando se trabalha não há apenas uma simples submissão a procedimentos, à execução estrita de tarefas, mas há, principalmente, o uso de um capital pessoal. Schwartz (2007) fala da dramática do uso de si.

A língua colocada em uso através de um aparelho formal da enunciação, que implica o próprio ato, assim como as situações em que se realiza e os instrumentos de sua realização, está sujeita e submetida a uma dramática. Todo ato enunciativo é, de certo modo, uma

² Trata-se de um sistema virtual, que é posto em ação na enunciação (BENVENISTE, 1989) e, nesse processo, recebe traços de subjetividade.

dramática de uso de si, ou melhor, todo ato enunciativo pode mostrar o uso de si na língua e na atividade de trabalho.

O sujeito, por sua vez, não se move só em suas atividades. Toda a mobilização, todo o uso que o sujeito faz de si (uso de si por si) está submetido à “intersubjetividade”. Benveniste (1995) mostra a intersubjetividade através da reversibilidade do par *eu-tu*. Somente com a intersubjetividade e a reversibilidade de papéis é que o locutor constitui-se como sujeito.

Para finalizar, tivemos a intenção de esclarecer, não só para nós mesmos - linguistas aplicados que trabalham com a linguística enunciativa -, mas para todos os outros linguistas que convocam a ergologia como exterioridade teórica, que a vida renormaliza-se de modo permanente a cada atividade, a cada enunciação, e isso traz consequências interessantes. O campo social seria um caos sem atividade de trabalho, sem organização, prescrições, normas e todos os outros conceitos e termos que regulam as atividades humanas.

Admitir o desvio, a renormalização e a singularidade, de acordo com as disciplinas aqui comentadas, não significa fazer apologia ou incentivar a quebra de normas; ao contrário. O registro da regularidade é constitutivo do fazer com a linguagem, do fazer profissional. O que se quer é chamar a atenção para a tensão entre o uso de si por si e o uso de si pelo outro, que nos leva a olhar para enunciação e para a atividade de trabalho como um lugar em que forças contraditórias atuam. Particularmente, nos interessa mostrar como o *ele*, atravessado na atividade de trabalho de forma inerente, se materializa em interlocuções de profissionais de enfermagem levadas a efeito em passagens de plantão, no cotidiano de um hospital.

Acreditamos que, em propostas como esta, o linguista avança em relação aos próprios estudos do sistema (língua) e coloca seu saber a serviço da intervenção em ambientes de trabalho, em empresas e organizações, desbravando, a partir disso, um caminho que poderá ser seguido por outros.

5 METODOLOGIA

O corpus desta dissertação foi constituído a partir de dados gerados para a pesquisa *Os efeitos da singularidade no trabalho: um estudo do uso de si na atividade do profissional de enfermagem*, no ano de 2008.

Esse *corpus* constitui-se de interlocuções entre profissionais de enfermagem em quatro passagens de plantão em um hospital no interior do Rio Grande do Sul.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir mostraremos os procedimentos metodológicos que utilizamos para analisar os fatos de linguagem.

5.1.1 Observação Participante

Realizou-se a observação participante no cotidiano da atividade dos profissionais de enfermagem uma vez por semana, durante um mês. Esse procedimento deixou-nos em contato direto com a realidade observada, o que permite o convívio com os profissionais de enfermagem em seu próprio contexto. Desse modo, não se criou uma situação artificial para ser pesquisada, estivemos presente na situação.

5.1.2 Geração do material de investigação

Após a observação participante, registramos em vídeo interlocuções entre profissionais de enfermagem durante passagens de plantão. Foram filmadas quatro passagens de plantão, ao longo de um mês, com intervalos de uma semana.

Gerado o material de investigação, transcrevemos os registros em vídeo, utilizando as seguintes convenções:

- **P:** pesquisador
- **E:** entrevistado
- **(.)**: um ponto entre parênteses indica que há uma pausa curta intra ou interturnos.
- **(...)**: três pontos entre parênteses indicam que há uma pausa longa intra ou interturnos.

- **PALAVRA letra maiúscula:** indica fala com intensidade acima da fala que a rodeia.
- **Palavra- hífen:** indica corte abrupto da fala.
- **() parênteses vazios:** indicam que o transcritor foi incapaz de transcrever o que foi dito – segmento ininterpretável.
- **(()) parênteses duplos:** indicam comentários do transcritor.

5.1.3 Critérios de Seleção de Recortes de Análise

Como vimos segundo Benveniste (1989, 1995), o quadro figurativo é constitutivo da enunciação: quando *eu* se declara locutor e se apropria da língua, institui um *tu* diante de si. No *corpus* em análise, uma profissional de enfermagem se institui como *eu* para passar o plantão ao *tu*. Em todas as passagens ocorre um diálogo do locutor com seu alocutário, que presentificam o *ele* (a situação do paciente). Além disso, se levarmos em consideração as observações de Schwartz, na atividade de trabalho, um complexo de normas antecedentes está sempre atravessado.

A partir daí, pode-se dizer que entre *eu* e *tu* se interpõe uma gama de *ele(s)*, nem sempre delimitáveis, com os quais se opera um debate. É a esse debate que queremos dar visibilidade.

Isso aponta para a necessidade de definir como unidade de análise recortes enunciativos, nessas interlocuções, que materializem, de algum modo, a presença desse debate com o outro, ausente da enunciação, mas nela implicado.

Os recortes selecionados são, então, aqueles que apresentam a interferência de um outro, de uma alteridade que extrapola o *eu* e o *tu* presentes nas interlocuções de profissionais de enfermagem na passagem de plantão.

5.1.4 Passos do Exercício de Análise

A análise segue os seguintes passos:

- a) seleção de enunciados em que a presença do outro se materializa;
- b) agrupamento das formas de materialização linguística dessa presença;
- c) observações sobre a natureza do debate com o outro sinalizado por essas formas.

5.2 A PASSAGEM DE PLANTÃO

A passagem é feita em dois momentos, envolvendo duas equipes (uma que entra e outra que sai), cada uma delas constituída por uma enfermeira e seis técnicas de enfermagem. Em cada momento, uma enfermeira passa o plantão a outra enfermeira; as técnicas em enfermagem assistem; raramente intervêm. Desse modo, a passagem é realizada por uma enfermeira que passa o plantão, uma enfermeira que recebe o plantão, cada uma delas acompanhadas por seis técnicas, somando-se sete profissionais por etapa. O plantão observado foi o das 12h45min; o tempo de duração em média, por etapa, é de 15min.

As passagens de plantão observadas não são orientadas por um conjunto de regras fixas claramente determinadas pelo hospital. A própria chefia admite que os plantões não têm como assumir uma forma padronizada, tendo em vista a natureza do trabalho na área da saúde, sempre entremeado por acontecimentos imprevistos.

As passagens serão identificadas por números e por momentos, por exemplo:

- 1) passagem de plantão n° 1/ 1° momento;
- 2) passagem de plantão n° 1/ 2° momento.

As enfermeiras são identificadas por letras. Cada passagem de plantão tem dois momentos, dessa forma, temos duas enfermeiras em cada passagem, somando quatro enfermeiras em uma passagem completa. Por exemplo:

- 1) passagem de plantão n°1/1° momento: enfermeiras A e B;
- 2) passagem de plantão n°1/2° momento: enfermeiras C e D;

5.3 A PRESENÇA DO OUTRO EM PASSAGENS DE PLANTÃO

A partir da definição benvenistiana de *enunciação* como ato individual através do qual a língua é posta em funcionamento, nossa análise centra-se exatamente no que é posto em jogo nesse ato: o sistema de pronomes. Há sempre um *eu*, pessoa subjetiva, que enuncia e o faz dirigindo-se a alguém que designa como interlocutor, o *tu*, pessoa não-subjetiva. Esse conjunto organiza e distribui os falantes no decorrer do tempo da fala. Consideramos também que a condição linguística de todo discurso não é dada somente pela díade *eu-tu*, uma vez que *eu* dirige-se a *tu* para falar d' *ele* (alguém / alguma coisa), o que implica entender que há um atravessamento pelo *ele* em toda situação comunicativa. No contexto desta pesquisa, o *ele* que

interessa destacar é o outro que está implicado na atividade do profissional de enfermagem, quando se fala do paciente.

Nossa hipótese é que sob o estudo pormenorizado do sistema de pronomes, encontram-se colocadas questões de interesse mais amplo, que ultrapassam a dimensão da descrição propriamente linguística e, portanto, têm a dizer à abordagem do discurso no campo do trabalho.

A observação do *corpus* aponta para duas formas mais diretas de materialização do outro no discurso dos profissionais de enfermagem nas passagens de plantão em estudo:

- a) pelo uso do nome próprio¹;
- b) pelo uso do anafórico “*ele*” sem referente explícito.

5.3.1 O Outro Materializado pelo Nome Próprio

A essência da atividade de enfermagem está centrada prioritariamente no “cuidar”, o que não é o mesmo que “tratar”, embora as duas ações sejam complementares. *Cuidar* envolve prestação de serviço atencioso e continuado a uma pessoa enferma, realçando sua dignidade. *Tratar* implica a prestação de serviços técnicos e específicos, focados na enfermidade propriamente dita cujo objetivo consiste na recuperação do órgão enfermo de modo a promover a cura (CARVALHO; ABREU, 2009).

À primeira vista, parece que o “cuidar” é da alçada da equipe de enfermagem e o “tratar” é tarefa da equipe médica. No entanto, conforme Nunes (1995), o “cuidar” envolve uma gama de fatores: conhecimento sobre a fisiopatologia das doenças; conhecimento sobre efeitos e para-efeitos dos medicamentos; conhecimento sobre modos de controle e evolução da patologia, além de atenção dirigida à higienização. Como se pode observar, tratar é parte do cuidar, na atividade de enfermagem. No entanto, é a instância médica que decide as técnicas corretas e adequadas à situação do paciente, bem como é ela que prescreve as medicações. À equipe de enfermagem cabe a aplicação de procedimentos elaborados em outra instância. Trata-se, assim, de uma atividade que implica executar o que um outro determina. Teixeira (2008) destaca que:

O estabelecimento do diagnóstico e a escolha da terapêutica são de responsabilidade do médico e, até a fase de aplicação pelo profissional de enfermagem, pertencem ao terreno do conceptual. Sabe-se que a medicina não é um domínio onde o acaso ou a sorte possam reinar; ela age com conhecimento de causa, a partir da observação das

¹ Para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os nomes próprios dos profissionais de enfermagem foram trocados pelo pesquisador.

regularidades da doença, mas sem descuidar das particularidades de cada caso. Trata-se de uma ação racionalizada, que se orienta pelo visível (o sintoma), mas nela o invisível está sempre implicado. Isso faz da aplicação de prescrições médicas, tarefa do profissional de enfermagem, um trabalho complexo, pois implica executar o que um outro determina em condições em que a objetividade é difícil de ser encontrada.

Na ação de cuidar, portanto, se interpõe inevitavelmente a figura de um outro, o médico, como se pode observar nos recortes abaixo, em que esse outro, constitutivo da atividade de trabalho do profissional de enfermagem, é explicitamente designado pelo nome próprio².

Recorte 1

Passagem de plantão nº 1 – gravada em vídeo no dia 06/03/2008.

Contexto Enunciativo: As duas enfermeiras estão sentadas em torno da mesa, em que estão os prontuários. As auxiliares de enfermagem circulam pela sala.

*Enfermeira A: 231 é a Dona Cristina. Então, aquele **Dr. Fernando** veio hoje pela manhã, ele tinha colocado aquele () ((designa uma medicação)), ele prescreveu outro, já deixei lá com ela pra passar nas coisas e depois falar com ele.*

Recorte 2

Passagem de plantão nº 1 – gravada em vídeo no dia 06/03/2008.

Contexto Enunciativo: As duas enfermeiras estão sentadas em torno da mesa, em que estão os prontuários. As auxiliares de enfermagem circulam pela sala.

Enfermeira A: *O Plínio, então, achei esse paciente bem prostrado, abatido, segue em NPO. O **Túlio** passou agora, (.) pediu esses exames de urgência, (.) já encaminhei, tá. já liguei lá pra coletar. (.) Eu nem sei que horas vai ser, mas acho que ali pelas seis horas. () É pra eles vir logo. Ele prescreveu agora ‘manter o NPO³ e a família pediu padre.*

² Tomamos o nome próprio como marca de identificação de uma pessoa.

³ NPO = nada por via oral (jejum).

Recorte 3

Passagem de plantão n°2/1°momento – gravada em vídeo no dia 13/03/2008.

Contexto enunciativo: Durante a passagem de plantão, há diretamente duas enfermeiras envolvidas. Além delas, há auxiliares de enfermagem, que ouvem a passagem de plantão. Enfermeiras estão sentadas em torno da mesa, em que estão os prontuários. Há circulação de diversas auxiliares de enfermeiras, médicos e enfermeiras pelo local, de forma que, durante a passagem de plantão, há diversos ruídos e várias vozes ao fundo.

Enfermeira A: *O 21 (.) é a Maria Jacira. Essa paciente, uma pós-histerectomia⁴. Ela veio do bloco hoje (.) pela manhã (.) tá. ãh, essa paciente assim ó, bom (.) ela foi se virar na cama e notou que o vac⁵ escapou, tá?! Ela mesma foi virar com o marido e tal. Daí eu conversei com a Rita lá embaixo e comuniquéi novamente que ela tava refazendo o vac, tá. Conectei novamente, consegui ajeitar e fazer o vac. Daí pedi novamente pra Rita se tinha problema, ela disse que não, que tinha que descer até a incisão.*

Recorte 4

Passagem de Plantão n° 4/1°momento – gravada em vídeo no dia 27.03.2008

Contexto enunciativo: Enfermeiras estão de pé em torno da mesa, em que estão os prontuários dos pacientes.

Enfermeira A: *Seu Ferreira então, só aguardando em relação ao Cristiano pra ver a transferência. Também falou com a recepção, tá aguardando a recepção, só relatou lombalgia.*

⁴ A histerectomia é uma operação cirúrgica da área ginecológica que consiste na retirada do útero. A histerectomia pode ser total, quando se retira o corpo e o colo do útero, ou subtotal, quando só o corpo é retirado. Às vezes esta cirurgia é acompanhada da retirada dos ovários e trompas (histerectomia total com anexectomia bilateral ou histerectomia radical).

⁵ Portovac é um sistema fechado de drenagem pós-operatória, de polietileno, com dureza projetada para uma sucção contínua e suave. É constituído por uma bomba de aspiração com capacidade de 500 ml, com cordão de fixação; uma extensão intermediária em PVC com pinça corta-fluxo e conector de duas ou três vias, e um catéter de drenagem com agulha de aço cirúrgico (3,2mm, 4,8mm ou 6,4mm). O dreno de portovac é indicado para o pós operatório de cirurgias nas quais se espera sangramento considerável. Fechar a ferida cirúrgica sem o dreno faz com que o sangue se acumule entre os tecidos formando um hematoma que pode tanto se tornar um meio de cultura para microrganismos (infecção) como também causar a deiscência das suturas.

Recorte 5

Passagem de Plantão nº 4/2º momento – gravada em vídeo no dia 27.03.2008
Contexto enunciativo: Enfermeira e técnica em enfermagem estão sentadas em torno da mesa, em que estão os prontuários dos pacientes.
Enfermeira A: <i>Joana do Vagner aí, que () tá com portovac, ah, não tem quase nada no portovac, tá aguardando o Vagner para trocar o curativo, ele não veio, eu acho que não deve ter trocado. Acho que ele vai tirar e acho que ele vai dar alta pra ela.</i>

Recorte 6

Passagem de Plantão nº 4/2º momento – gravada em vídeo no dia 27.03.2008
CONTEXTO ENUNCIATIVO: Enfermeira e técnica em enfermagem estão sentadas em torno da mesa, em que estão os prontuários dos pacientes.
Enfermeira C: <i>A Dona Litiane, pós de laparatomia, tá bem, mas só não consegue evacuar, mas nada muito (). É que ela tava com diarreia, né, no outro dia. Eu passei o NPT dela, 100,ml. Tinha mais um ali e ela não vai mais (). Então eu passei as seis horas. Só tem que falar com o Robson, a hora que ele passar, tá?!</i>

É interessante destacar ainda que, no recorte 5, a enfermeira A refere-se à paciente pela locução “Joana do Vagner”, que tem o valor de afirmação de pertença de Joana (a paciente) a Vagner (o médico). Ao usar uma expressão que atribui ao médico a propriedade sobre a paciente, a enfermeira parece deixar evidente que, no trabalho relacionado à saúde, o lugar de protagonista pertence ao médico. Vamos aí mais uma indicação de que, na atividade de enfermagem, o uso de si pelo outro é preponderante.

Há casos em que o nome próprio é retomado por *ele/ela*, conforme se pode ver nos recortes 1, 3, 5 e 6.

Recorte 1 (passagem de plantão 1)

Enfermeira A: <i>231 é a Dona Cristina. Então, aquele Dr. Fernando veio hoje pela manhã, ele tinha colocado aquele () ((designa uma medicação)), ele prescreveu outro, já deixei lá com ela pra passar nas coisas e depois falar com ele.</i>

Recorte 3 (passagem de plantão 2)

Enfermeira A: *Conectei novamente, consegui ajeitar e fazer o vac. Daí pedi novamente pra Rita se tinha problema, ela disse que não, que tinha que descer até a incisão.*

Recorte 5 (passagem de plantão 4)

Enfermeira A: *[...] tá aguardando o Wagner para trocar o curativo, ele não veio, eu acho que não deve ter trocado. Acho que ele vai tirar e acho que ele vai dar alta pra ela.*

Recorte 6 (passagem de plantão 4)

Enfermeira C: *Só tem que falar com o Robson, a hora que ele passar, tá.*

A designação do médico por nome próprio e as retomadas desse nome próprio por anafórico atestam, de modo explícito, que a presença do médico é inerente à interação *eu-tu* em passagens de plantão. Percebe-se que a ação da equipe de enfermagem pauta-se, acima de tudo, pelo uso de si pelo outro. Talvez o uso de si por si, nessa situação, seja fortemente inibido pelo lugar de saber que a figura do médico detém na hierarquia hospitalar.

5.3.2 O Outro Materializado pelo Uso do Anafórico *Ele* Sem Referente Explícito no Co-Texto

No recorte abaixo, em *só que não prescrevem nada*, há um *eles* elíptico, sem referente explícito na sequência anterior.

Recorte 7

Passagem de plantão nº 1 – gravada em vídeo no dia 06/03/2008.

Contexto Enunciativo: As duas enfermeiras estão sentadas em torno da mesa, em que estão os prontuários. As auxiliares de enfermagem circulam pela sala.

Enfermeira A (passa o plantão): *17 então, é um paciente que está aí com SPAR⁶, está () olhando. Tá com dor abdominal, diarreia, muita febre. Coletou exames de laboratório, urina. (.) Tá com um sorinho e foi liberada dieta branda, sem queixas.*

19 é dona Rute. E tão aguardando pela Tati pra () só que não prescrevem nada. Ela também disse que só tem náuseas de manhã cedo, tá tudo bem.

Maingueneau (2001, p. 135) afirma que, para referir-se a um sujeito indeterminado, os locutores usam, frequentemente, um “eles” coletivo, que designa um grupo. Diferentemente do pronome “eles” habitual, que remete a um antecedente anteriormente mencionado, esse “eles” coletivo não tem antecedente localizável no co-texto.

O interlocutor (B) não tem dificuldade de identificar os indivíduos indeterminados que são designados por “eles”, pois não faz nenhuma intervenção no sentido de perguntar a quem A está se referindo. O analista, para identificar esse referente, precisa recorrer à situação de enunciação. Como vimos, em passagens de plantão, *eu* (enfermeira A) se apropria da língua e dirige-se a *tu* (enfermeira B) para falar de *ele* (paciente). De acordo com a perspectiva deste trabalho, nessa interlocução, uma instância ausente se interpõe: a equipe médica.

No recorte em análise, A relata a queixa de náusea da paciente dona Rute, ficando implícito que nada foi ainda feito para resolver a situação, porque “[eles/elas] estão aguardando pela Tati”. Esse *eles* (ou *elas*) elíptico refere os profissionais de enfermagem, encarregados do caso. A paciente se queixa de náuseas, algo precisa ser feito, mas não sem a prescrição médica. É preciso “aguardar” a presença de alguém da área médica (Tati).

O verbo “prescrevem” é a chave para a recuperação do referente do “eles” elíptico sem antecedente em “só que [eles] não prescrevem nada”. Médicos têm a atribuição de prescrever procedimentos na área da saúde.

O “só que”, expressão comum na oralidade, que corresponde ao conector “mas”, sinaliza uma tentativa de intervenção da enfermeira A na situação da paciente, pois soa como uma crítica sutil à equipe médica. Note-se que, no momento da crítica, a designação desliza de nome próprio para um “eles” indeterminado. No momento em que ensaia uma posição singular, a enfermeira A generaliza: eles (os médicos) deveriam prescrever alguma coisa.

⁶ SPAR = Sistema de Pronto-Atendimento de Alta Resolução.

Essa crítica, no entanto, é imediatamente atenuada pela afirmação: “Ela (dona Rute) também disse que só tem náuseas de manhã cedo, tá tudo bem”. Ou seja: os médicos estão certos em nada prescrever, porque, afinal, a situação da paciente não é tão grave assim.

Observe-se que o debate ocorre de forma muito tímida, ou seja, a enfermeira A ensaia um uso de si por si, mas prevalece o uso de si pelo outro.

Recorte 8

Passagem de Plantão nº 4/2º momento - gravada em vídeo no dia 27/03/2008.
Contexto enunciativo: enfermeiras estão de pé em torno da mesa, em que estão os prontuários dos pacientes.
Enfermeira C (passa o plantão): <i>A Dona Teresinha, pós de laparotomia, tá bem, mas só não consegue evacuar, mas nada muito (). É que ela tava com diarreia, né, no outro dia. Eu passei o NPT dela, 100 ml. Tinha mais um ali e ela não vai mais (). Então eu passei às 6. Só tem que falar com o Leandro, a hora que ele passar, tá.</i>
Enfermeira D (recebe o plantão): <u><i>Por que eles me disseram ontem, que era pra diminuir pra 60, depois pra 30, e acabar?-. </i></u>
Enfermeira C (passa o plantão): <u><i>- NÃO. Não falaram nada, ninguém apareceu hoje, mas ().</i></u>

Nesse recorte, os interlocutores são as enfermeiras C e D. Aquilo de que se fala é a situação do paciente. Imediatamente aparece o atravessamento da instância médica pelo nome próprio em: “**Então eu passei às 6. Só tem que falar com o Leandro, a hora que ele passar, tá.**”

A seguir, é proferido um *eles* sem referente explícito: *Por que eles me disseram ontem, que era pra diminuir pra 60, depois pra 30, e acabar?-.* A enfermeira D localiza o referente desse “eles” sem antecedente no enunciado, como indica sua resposta *-NÃO. Não falaram nada, ninguém apareceu hoje, mas().*

Esse recorte evidencia mais uma vez que há uma instância vista como superior que regula e atravessa o saber-fazer da equipe de enfermagem na atividade de trabalho.

6 PALAVRAS DE CONCLUSÃO

De acordo com Schwartz (2007), a atividade de trabalho apresenta-se como lugar de debate entre normas antecedentes, reguladoras do fazer, e renormalizações decorrentes do investimento subjetivo que lhe é inerente. Nesta pesquisa, procuramos mostrar que o estudo da enunciação na perspectiva de Benveniste pode contribuir para dar acesso a esse debate, pois considera que é na e pela enunciação que o sujeito se constitui.

Nossa proposta foi observar esse debate a partir do estudo dos pronomes realizado pelo autor, a partir do qual procuramos examinar como se dá a dramática de usos de si na atividade de enfermagem durante passagens de plantão.

Na leitura que fazemos, a descrição dos pronomes feita por Benveniste extrapola o âmbito estritamente linguístico, servindo também para examinar a natureza da comunicação em diferentes situações, entre elas a que se dá em passagens de plantão. Na situação de enunciação, *eu* se dirige a *tu* para falar de *ele*. A instância do *ele* não participa da interlocução, isto é, não reverte papéis como o fazem *eu* e *tu*, por isso Benveniste a nomeia como não-pessoa. No entanto, essa não-pessoa está presente na situação de enunciação sob duas formas: 1. é o falado por *eu* e *tu*, ou seja, o referente do discurso; 2. é o terceiro que se atravessa na relação *eu-tu* durante o processo de co-construção do referente sobre o qual falam.

Schwartz (2007) chama a atenção para a dramática de usos de si que toda a atividade de trabalho encena. De um modo geral, os estudiosos de situações de trabalho focalizam prioritariamente o uso de si por si, buscando surpreender, nas atividades analisadas, a inscrição da singularidade e seus efeitos no fazer profissional.

No caso específico das passagens de plantão dos profissionais de enfermagem que analisamos, quase não encontramos uso de si por si. Na maior parte das trocas verbais entre esses profissionais, uma instância externa se apresenta como reguladora absoluta de seu fazer, a equipe médica. No campo da sua prática parece haver uma espécie de submissão ao saber instituído pela instância médica. O cuidado do paciente está praticamente submetido a ela, e quando se debate esse saber, é de forma bastante atenuada.

A reelaboração, pela equipe de enfermagem, de procedimentos em situações críticas vividas pelo paciente não se evidencia no *corpus* em estudo, mesmo que o profissional perceba a necessidade de uma outra ação para tornar o tratamento mais eficaz. As críticas a possíveis negligências médicas são poucas e bastante veladas. A julgar pelas situações de passagem de plantão analisadas, pode-se dizer que se trata de uma atividade profissional

fortemente limitada pelo outro, em que a gerência do cuidado parece não ser, de fato, assumida como da competência da equipe de enfermagem.

Os resultados da pesquisa dão sentido ao discurso que se tem ouvido junto a profissionais da área em relação à necessidade de uma enfermagem mais empreendedora. A Profa. Dra. Alacoque Lorenzini Erdmann, convidada a participar de comissões de análise de cursos de graduação e avaliações institucionais de universidades¹, tem constatado o desaparecimento da enfermagem em situações em que o serviço de saúde é referido. Isso porque a área não está conseguindo acompanhar a medicina de ponta.

Robazzi (2010) salienta que, embora a enfermagem brasileira tenha ganho espaço e se consolidado na formação de recursos humanos em pesquisa, com a formação de mestres, desde o início dos anos 70, e de doutores, no começo dos anos 80, muito há a fazer para incrementá-la e fortalecê-la.

Para tanto, no entender de Erdmann, é preciso buscar a inserção da enfermagem na ciência, na tecnologia e na inovação e assim garantir uma prática comprometida com a melhoria da saúde do cidadão brasileiro. Segundo a professora, faltam na área projetos de pesquisa que busquem novas estratégias, capazes de propiciar a inovação, o diferente, o singular, o mais genuíno. Para que isso ocorra, é preciso promover um diferencial na formação em enfermagem, capaz de instituir seus alunos como pesquisadores.

Ao trazer essas observações, não queremos dizer que o trabalho em enfermagem tenha que ser autônomo em relação ao do médico. Isso seria um absurdo. Apenas estamos pontuando que sendo uma atividade em que o risco de morte e as intercorrências estão sempre colocadas, talvez uma equipe mais afinada com os avanços tecnológicos e científicos no campo da medicina, com experiências práticas que resultem em inovações, em registros de patente de produtos reconhecidos, que socialmente tragam impacto, possa assegurar ao profissional de enfermagem maior preparo e segurança para gerir o cuidado com a saúde. Desse modo, o saber do outro pode ser somado ao uso de si por si, em benefício de uma atuação mais qualificada no campo da saúde.

A atividade de enfermagem implica lidar com o sujeito em situação de fragilidade vital e/ou social, encontrando-se no ponto de entrecruzamento entre diferentes saberes: saberes da área médica, saberes obtidos nos cursos de formação, saberes do doente e saberes

¹ Essa professora, juntamente com a Profa. Dra. Maria Lucia do Carmo Cruz Robatto, visitaram a UNISINOS em 04 de março de 2011, como representantes da CAPES, para avaliar a proposta de implantação de Mestrado Profissional em Enfermagem desta Universidade. As observações que apresentamos decorrem de relato feito por Marlene Teixeira da reunião do grupo de professores que participam desse projeto de mestrado com as professoras enviadas pela CAPES.

advindos de sua própria experiência profissional. Nessa atividade, o fazer propriamente dito é constantemente confrontado com problemas inusitados, de modo que a qualidade do serviço prestado requer não só conhecimentos técnicos, mas envolvimento afetivo, isto é, a técnica se alia à “arte do fazer”, que inclui uma preocupação particular com o relacionamento interpessoal e com a ética. Trata-se de uma atividade que, por sua importância, merece valorização e investimento por parte dos formadores e dos governantes.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BORGES, Maria Elisa Siqueira. Trabalho e gestão de si: para além dos recursos humanos. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 7, p. 41-49, 2004. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v7/v7a05.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- CANGUILHEM, Georges. Meio e normas do homem no trabalho. **Pro-posições**, Campinas, v. 12, n. 2/3, jul./nov. 2001. Disponível em: <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/3536-artigos-canguilhemg.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- CABRAL, Ederson de Oliveira. **Nomear a atividade de trabalho**: implicações subjetivas. 2008. 62 f. São Leopoldo, RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.
- CARVALHO, António Carlos; ABREU, Marily. **Cuidar em enfermagem**. 10 fev. 2009. Artigo postado no site Webartigos, no hiperlink Artigos, no link Saúde e beleza. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/cuidar-em-enfermagem/14277>>. Acesso em: 15 dez. 2010.
- DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Glossário da ergologia. **Revista Eletrônica Laboreal**, [Porto], v. 4, n. 1, p. 23-28, 2008. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/media/artigos/166/23-28pt.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.
- KRIEGER, Maria da Graça. **Terminologia e seus objetos de investigação**. 2008. Trabalho apresentado no 10º Simposio Iberoamericano de Terminología, Montevideo, 2008. Disponível em: <<http://www.projeto.unisinos.br/termilex/textos/Artigo-Graca05.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MÉDA, Dominique. **O trabalho**: um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século, 1999.
- NUNES, Dulce Maria. **Linguagem do cuidado**. 1995. 243 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) -- Escola de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo São Paulo, SP, 1995.
- OVEJERO BERNAL, Anastasio. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

REVUZ, C. O trabalho e o sujeito. In: In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 225-247.

ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. O desempenho da pós-graduação stricto sensu em Enfermagem e a busca por excelência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 5, set./out. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n5/pt_01.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2011.

SCHWARTZ, Yves. Actividade. **Revista Eletrônica Laboreal**, [Porto], v. 1, n. 1, p. 63-64, 2005a. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/media/artigos/40/10_Yves_PT.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2012.

_____. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação: revista do NETE**, Belo Horizonte, n. 7, p. 38-46, jul./dez. 2000a.

_____. Linguagem e trabalho. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 133-151.

_____. **O paradigma ergológico. O trabalho em constante reconstrução. Entrevista especial com Yves Schwartz**. 03 nov. 2008. Entrevista concedida ao IHU On-Line. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/17865-o-paradigma-ergologico-o-trabalho-em-constante-reconstrucao-entrevista-especial-com-yves-schwartz>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____. Pensar o trabalho e seu valor. **Revista Idéias**, Campinas, ano 3, n. 2, p. 109-121, jul./dez. 1996a.

_____. Trabalho e uso de si. **Pro-posições**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 34-50, jul. 2000b.

_____. Trabalho e valor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158, out. 1996b.

_____. Transmissão e ensino: do mecânico ao pedagógico. **Pro-posições**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 229-244, set./dez. 2005b.

_____; ADRIANO; Rufino; ABDERRAHMANE, Fyad. Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. **Revista Eletrônica Laboreal**, [Porto], v. 4, n. 1, p. 10-22, 2008b. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/media/artigos/165/10-22pt.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2010.

_____; DUC, Marcelle ; DURRIVE, Louis. Trabalho e uso de si: uma conversa entre Yves Schwartz, Marcelle Duc e Louis Durrive. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 191-207.

_____; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A criança na linguagem: enunciação e aquisição**. Campinas: Pontes, 2009.

SOUZA-E-SILVA, M. Cecília P. Atividade de linguagem, atividade de trabalho: encontro de múltiplos saberes. **Intercâmbio**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, São Paulo, v. 18, p. 1-21, 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/Volume_XVIII/1%20M%20Cecilia%20Conf%20Publi%20Inpla%202007.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2010.

TEIXEIRA, Marlene. Benveniste: um talvez terceiro gesto? **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 107–120, dez. 2004.

_____. **Dimensão subjetiva da atividade de trabalho**: um olhar multidisciplinar. Correio APPOA – Associação psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, n.188, p. 45-53, mar. 2010.

_____. **Quando a singularidade intervém na atividade de trabalho**. 2008. Trabalho apresentado no 3º Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso, Belo Horizonte, 2008.

_____; CABRAL, Éderson de Oliveira. **Linguagem e singularidade na atividade de trabalho**. Palestra proferida no Instituto Humanitas – UNISINOS. São Leopoldo, 15 dez. 2009a.

_____; _____. Linguagem, subjetividade e atividade de trabalho. **Caderno IHU idéias**, São Leopoldo, ano 8, n. 132, p. 3-26, 2010.

_____; _____. Linguística da enunciação e ergologia: um diálogo possível. **Educação UNISINOS**, São Leopoldo, v. 13, n. 3, p. 236-245, set./dez. 2009b.

TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir. Linguística da enunciação: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. **Revel**, [S.l.], v. 9, n. 16, p. 406-425, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/20/entrevistas/revel_16_entrevista.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2011.